



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 29 - Nº 545 - DE 2 A 16 DE JULHO DE 2017 - R\$ 4,00

Burocracia Sindical sabota a greve geral

**Nada de negociar mudanças nas reformas
trabalhista e previdenciária!
Derrubar e enterrar integralmente
as reformas de Temer!**



**Manifestações em todo o país
indicaram disposição de luta
dos explorados e da juventude
As reformas antinacional
e antipopular somente serão
derrubadas pela greve geral,
bloqueios e ocupações**

**Viva as greves e manifestações de 30 de junho!
Organizar uma verdadeira
greve geral!**

Somente uma ampla, massiva e coesa greve geral pode derrubar as reformas reacionárias

É preciso compreender a fundo por que a burocracia sindical sabotou a greve geral. Em princípio, a política de qualquer direção burocrática é avessa a um movimento de massa de grande envergadura.

Quando está sob a pressão da burguesia e dos explorados, pode recorrer até mesmo a uma greve geral. É o que ocorreu com a paralisação de 28 de abril. Mas vimos que as centrais se colocaram pela passividade. Os operários foram orientados a ficarem em suas casas, como se a greve fosse uma falta ao trabalho. A luta foi contida nos limites determinados pelas direções burocráticas. Poucos dias depois, as centrais realizaram um 1º de Maio festivo e corrompido, como se os explorados não tivessem ido à luta em todo o País contra as reformas antinacional e antipopular do governo golpista. Um sinal foi dado no sentido de que a frente constituída para o dia 28 de abril seria desfeita no dia seguinte. O que evidenciou que a unidade das centrais era circunstancial e que servia apenas a propósitos mesquinhos e particulares das frações burocráticas.

Nem a CUT, nem a Força Sindical estava pela derrubada integral dos projetos de reforma da previdência e trabalhista. Os dois aparatos formam dois grandes campos de disputa pela interlocução com o patronato e seu governo, nos quais se inserem as demais centrais. Arrefecido o ímpeto da classe operária, a mesma frente burocrática realizou em 24 de maio uma grande manifestação em Brasília. O governo ditatorial preparou uma provocação para reprimir a marcha pacífica. Dispersou-a com brutal ataque policial. Decretou o estado de emergência e colocou tropas das Forças Armadas para cercar o Planalto. A tão desproporcional ação policial e militar teve o objetivo de indicar que Temer estava disposto a tudo para proteger as reformas e salvar seu governo. No comando da operação, esteve o general e chefe do Gabinete de Segurança Institucional.

O sentimento dos explorados foi de rechaço ao governo golpista. Estavam dadas as condições para imediatamente retomar a greve geral. Mas a burocracia se dividida e se mostrou indisposta a enfrentar nas ruas a ditadura civil de Temer. Os burocratas manobram em torno da convocação da greve geral para 30 de junho. E sabotaram sua organização.

A Força Sindical e UGT passaram a negociar com Temer o encaminhamento das reformas às costas da classe operária. A CUT, CTB e movimentos ligados à frente popular se dedicaram à bandeira de eleições diretas. Estava posta de lado a luta pela derrubada das reformas.

O governo se bate no pântano da crise política. A imensa maioria da população rechaça Temer, mas não confia em nenhum dos partidos da ordem. As condições políticas e sociais para golpear a cambaleante ditadura civil estão dadas, mas a burocracia teme o despertar das massas.

É por meio da defesa de suas condições de existência que começou a arremetida contra o governo imposto ao País por meio do golpe. É o que demonstraram as manifestações de 15 de março e a greve geral de 28 de abril. Os explorados foram ao combate contra o odiado governo, tendo em mãos a bandeira de abaixo as reformas da previdência e trabalhista. E somente a partir da autodefesa contra os ataques da burguesia, do governo e do Congresso Nacional, a classe operária poderia avançar em uma ofensiva revolucionária.

A greve geral, classista, ampla e coesa, organizada pela base, consiste em um movimento político do proletariado e dos demais explorados. Aí reside o temor da burocracia. A via de abertura de negociação com o governo, que negou a greve geral terminantemente até que a crise política se agravasse, altera o curso da luta em favor da burguesia. A via que subordina a luta pela derrubada das reformas à constituição de um novo governo burguês eleito desvia o movimento para o campo da conciliação de classes.

A sabotagem à greve geral, transformada em um dia de manifestações, serviu ao governo que lidera uma reação para sobreviver e impulsionar as reformas. Não temos dúvida de que uma poderosa greve geral, liderada pela classe operária, daria um golpe de misericórdia no presidente golpista, ou então o enterraria de vez ao limbo, alterando a correlação de forças em favor dos explorados.

O desarme da greve geral dá fôlego ao movimento de reação palaciana pela manutenção de Temer no poder. Seu destino continua a depender inteiramente das disputas interburguesas no seio do Estado. Não por acaso, a imprensa monopolista aproveitou para desmoralizar o movimento e para incentivar o governo a ser duro com a vanguarda e setores independentes dos movimentos que mantiveram no alto a bandeira de “Abaixo as reformas da previdência e trabalhista”.

É necessário voltar à classe operária, defendendo a convocação de novas assembleias e formação de comitês base, que garantam a frente única classista e de massa.

Viva a greve geral! Por uma greve geral por tempo indeterminado!

A sabotagem à greve geral, transformada em um dia de manifestações, serviu ao governo que lidera uma reação para sobreviver e impulsionar as reformas. Não temos dúvida de que uma poderosa greve geral, liderada pela classe operária, daria um golpe de misericórdia no presidente golpista, ou então o enterraria de vez ao limbo, alterando a correlação de forças em favor dos explorados.

Curso da crise

A burguesia recorreu a um golpe de Estado objetivando estancar a crise econômica e política que minava o governo de Dilma Rousseff. É verdade que não faltaram vozes alertando para os riscos da cassação do mandato presidencial por meio do impeachment. Mas prevaleceu a exigência do capital financeiro de mudar drasticamente a política econômica.

A recessão, a queda de arrecadação de impostos e o crescente déficit nas contas do governo impulsionaram a dívida pública. Embora a alta do desemprego comparecesse como uma manifestação dramática da crise econômica, o que levou a burguesia a constituir uma frente golpista foram os riscos provenientes da dívida pública. O pagamento em dia da gigantesca carga de juros e amortizações é sagrado para o grande capital.

Dilma Rousseff fracassou na tentativa de armar uma reforma fiscal que fosse ao encontro dos interesses dos banqueiros, investidores e capitalistas conexos. A oposição liderada pelo PSDB e DEM trabalhou intensamente para que as medidas montadas pelo ministro Joaquim Levy não fossem adiante, embora servissem aos interesses da burguesia. Neste quadro, explodiram os escândalos de corrupção promovidos pela Operação Lava Jato e pela campanha da imprensa monopolista.

O rompimento do PMDB com a aliança governista permitiu que se constituísse uma ampla unidade para derrubar Dilma Rousseff e instituir um governo a despeito da população e, em particular, dos milhões que elegeram a petista. Instituiu-se, assim, um governo completamente desvinculado das massas, apoiado tão somente na burguesia e em uma pequena camada de classe média rica. O governo de Temer, portanto, se originou nos estreitos limites do Congresso Nacional, que se constituiu em um órgão do golpe e em um instrumento dirigido a implantar as diretrizes exigidas e ditadas pelo capital financeiro.

O PT perdeu sensivelmente suas forças parlamentares, cuja aliança se circunscreveu ao insignificante PCdoB e frações do PDT e PSB. Como opositor, se reduziu a nada, embora tivesse quixotesicamente lutado contra o impeachment. Estavam dadas as condições para a implantação das reformas antinacional e antipopular. A burguesia saudou a equipe econômica liderada por Henrique Meirelles. Com um Congresso fantoche e um governo desembaraçado de qualquer pressão eleitoral, as reformas poderiam ser impostas à força.

No entanto, a derrubada de Dilma não apenas não estancou a crise como a ampliou. Isso por que a crise política não se devia simplesmente à política econômica do governo petista. Na base dos impasses governamentais, estava e está a profunda crise econômica que inevitavelmente intensifica os conflitos burgueses. A unidade forjada com o objetivo de derrubar o governo do PT, considerado imprestável e incompetente, porém, não significava que fosse garantida durante todo o transcurso do governo golpista. Não por acaso, a reforma da previdência expôs significativa resistência de setores da oligarquia e da pequena burguesia, que atingiu a base aliada do governo no Congresso. A queda da presidente do BNDES, Maria Sílvia Bastos, refletiu choques de interesses. Mas o principal indutor da crise política continuou sendo a Operação Lava Jato. A queda de seis ministros e as acusações que pesaram sobre o próprio presidente da República indicaram que o golpe não serviu para disciplinar e centralizar o Ministério Público, o Judiciário e a Polícia Federal. Não foi possível circuns-

crever as investigações e os processos aos petistas. Mesmo assim, Temer caminhava seguro com as reformas.

As revelações da JBS, com a publicação dos vídeos em 17 de maio, abriram sobre os pés do governo um precipício. Está colocada a possibilidade de queda do governo. As gravações de Joesley Batista feriram de morte o presidente golpista. No entanto, as forças que o sustentam reagiram e trabalham para que as denúncias do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, caiam por terra. Não foi possível, porém, evitar que forças centrífugas se desenvolvessem em sua base aliada. Com muita dificuldade, a camarilha dirigente do PSDB conteve a rebeldia dos diretórios regionais e de uma parcela importante de parlamentares.

A vitória no TSE, certamente, deu fôlego para Temer enfrentar o processo de afastamento movido pelo Ministério Público. Apesar de trôpego, Temer continuou como responsável pelas reformas almeçadas há muito tempo. Sua permanência depende inteiramente das metas traçadas pelo ministro da Fazenda Henrique Meirelles. Assistimos ao prodígio de a reforma trabalhista avançar a despeito da decomposição do governo. Ocorre que o governo não se reduz à presidência. O Congresso Nacional assumiu funções governamentais, até então desconhecidas. A bandeira que resume essa situação é a de que as reformas não são do governo Temer, mas do País.

O Congresso Nacional por ter sido o órgão do golpe se tornou responsável pela preservação de um governo cuja característica é a de ditadura civil. Característica essa que emana do golpe de Estado, do total isolamento perante a população e da imposição de reformas antinacional e antipopular rechaçadas pela imensa maioria dos brasileiros.

Os vínculos do PMDB e PSDB com a rede de corrupção que tomou conta do Estado e da política burguesa se tornaram o calcanhar de Aquiles da ditadura civil. Não houve como utilizar o golpe para circunscrever as investigações ao PT e encerrar a Operação Lava Jato. Esse era também um dos objetivos golpistas, como ficou comprovado pelas escutas da Polícia Federal em que flagrou o senador Romero Jucá comentando a necessidade de “estancar a sangria”.

As tendências objetivas da crise econômica e política explicam a dificuldade e a impossibilidade de Temer constituir plenamente um governo de ditadura civil, o que não lhe quita essa característica histórica e a exposição da necessidade da centralização burocrática-autoritária do Estado e da política burguesa.

O problema que esse governo tem agora para resolver é derrubar a denúncia de Janot. Há poderosos setores da burguesia que acham mais conveniente garantir a transição do governo golpista até as eleições de 2018. A interrupção da transição autoritária implicará o recrudescimento prematuro das disputas interburguesas, principalmente entre o PMDB e PSDB, que já se anunciaram. Se Temer permanecer, será necessário algum tipo de disciplinamento das instituições que fugiram ao controle do executivo (Ministério Público, Judiciário e Polícia Federal). É o que indica a mudança do ministro da Justiça, as indicações de ministros para o TSE e STF, bem como agora a escolha de Raquel Dodge para substituir Janot.

O grau de independência alcançado por essas instituições na estrutura do Estado, sob o governo de Lula e Dilma, deve ser revisito. A centralização autoritária é uma condição de existência da

própria democracia burguesa.

Não sabemos ainda se o mandato de Temer acabará ou não com o resultado das denúncias do Ministério Público. Nota-se um intenso movimento no interior da frente golpista para vencer mais essa etapa da crise política, mantendo Temer à frente do Estado.

Não se pode compreender o curso da crise em toda sua extensão sem que se verifique o fator fundamental de toda a crise, que é a luta de classes. Afirmamos, sem receio, que Temer ainda está de pé porque a classe operária e a maioria oprimida têm sido contidas pela política do PT e da burocracia sindical. As manifestações de 15 de março e a greve geral de 28 de abril expuseram o ódio dos explorados ao governo golpista e o rechaço total às suas reformas regressivas. Estavam dadas as condições para a classe operária determinar o curso da crise, se não completamente, pelo menos comparecer como a força social antagônica e capaz de derrotar a burguesia e seu governo. A burocracia tremeu diante da capacidade de luta dos explorados e da juventude.

Cerca de 20 dias depois, veio à luz a revelação de que Temer era um dos chefes da quadrilha peemedebista e que Aécio Neves não passava de um crápula peessedebista. A crise foi levada às alturas. Instaurou a confusão nas fileiras da burguesia. Abriu-se um flanco extremamente favorável para a classe operária avançar e dirigir o movimento de maioria nacional contra o governo e as reformas. No entanto, os ventos favoráveis foram desperdiçados. As centrais sindicais já não pretendiam sequer reproduzir o 28 de abril.

Temer desde a tumba levantou as mãos para a Força Sindical e a UGT, convidando-as a participar de negociações, que até então foram desprezadas pelo golpista. Armou-se uma divisão entre as centrais. Comprometeram seriamente a greve geral de 30 de junho. A burocracia forcista e ugetista passaram a advogar negociações com Temer. E a burocracia cutista a pedir a retirada das reformas, estabelecimento de um governo e de um Congresso “legítimos” e abertura de negociações. Expunham, assim, a renúncia da luta pela derrubada das reformas e do governo.

Se Temer sobreviver, deve agradecer às burocracias sindicais por terem freado o ímpeto da classe operária. Se Temer não sobreviver, deve atribuir sua desgraça à sua própria base de apoio. Está claro, portanto, que o destino de Temer continua nas mãos da burguesia. Poderia estar nas mãos da classe operária e dos demais explorados, caso estivessem organizados para a luta política contra seus exploradores. Dessa correlação de forças, surgem duas variantes mais prováveis no caso de Temer cair: constituição de um novo governo pelo Congresso Nacional ou por meio de eleições presidenciais.

O PT, CUT, aliados e praticamente toda esquerda que se diz socialista se colocaram sob a bandeira das eleições diretas. Recentemente, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso enviou uma carta a Temer aconselhando-o a renunciar e convocar eleições antecipadas. Ficou mais claro ainda que essa variante não apenas não colide com a estratégia burguesa de solução da crise como pode ser melhor que a constituição de um governo pelo Congresso Nacional. A ideia burguesa de que é preciso legitimidade para impor as reformas se inscreve na fórmula emitida por

Fernando Henrique. É visível que tanto uma saída quanto outra serve à governabilidade burguesa.

Lembramos que Lênin explicou insistentemente que a burguesia impõe sua dominação à classe operária e aos demais oprimidos por meio da violência ou da mentira, da falsificação e controle ideológico. Não é incompatível com a dominação procurar uma saída para a crise política por meio das eleições e assim constituir um governo dito “legítimo”.

A crise econômica agravou a crise política e ambas levaram ao golpe. Agora, essa mesma crise se aprofunda, coloca na ordem do dia a luta de classes, e a burguesia tem essas duas variantes para enfrentá-la. Outra variante, porém, mais improvável, seria a do golpe militar. É mais improvável precisamente porque a burguesia tem em suas mãos as duas variantes constitucionais acima analisadas.

Se colocássemos a situação apenas nestes termos, cometeríamos um erro crasso e uma traição à classe operária. Isso por que não só a burguesia está diante da crise de governabilidade e desintegração de sua democracia, mas também porque o proletariado e a maioria oprimida igualmente estão diante da crise de poder. A variante das eleições diretas cumpre a função de arrastar os explorados por detrás de uma estratégia de poder que não é sua, mas sim de seus inimigos de classe.

Quando a classe operária se lançou à greve geral, colocou-se em uma posição de independência política e de poder diante do governo e da burguesia. No entanto, não contou com sua estratégia própria de poder. Esteve submetida ou a fração burocrática que quer colocá-la sob o mando de um novo governo burguês “legítimo” (eleito), ou da fração burocrática que está por sustentar o governo golpista.

O PT e as esquerdas que o seguem ocultam o fundamental desse objetivo. Ou seja, que por meio das eleições se constituirá um novo governo burguês que necessariamente terá de aplicar as reformas ditadas pelo grande capital. A própria experiência dos governos petistas testemunha essa verdade. Lula e Dilma aplicaram reformas antinacional e antipopular. Ocorre que a classe operária tem historicamente sua estratégia de poder. Se não luta sob sua estratégia, inevitavelmente se coloca sob o poder da burguesia.

Quando a classe operária se lançou à greve geral, colocou-se em uma posição de independência política e de poder diante do governo e da burguesia. No entanto, não contou com sua estratégia própria de poder. Esteve submetida ou a fração burocrática que quer colocá-la sob o mando de um novo

governo burguês “legítimo” (eleito), ou da fração burocrática que está por sustentar o governo golpista.

No fundamental, o curso da crise depende da estratégia de poder da burguesia, que pode manter o governo, tirar o governo, colocar um outro pela via indireta ou por eleições diretas. Ou então, depende da estratégia de poder do proletariado, que é a da tomada do poder pela revolução e constituição de um governo operário e camponês.

O programa e a estratégia devem ser propagandeados, explicado e agitado no seio do movimento das massas, em particular da classe operária. Devem ser plantados como sementes que germinarão e que levarão a classe operária a compreender a necessidade de ter seu próprio partido e por ele lutar. Certamente, somente podem ser semeadas partindo das necessidades vitais que levam as massas a se movimentarem e se unirem contra os ataques da burguesia. No momento, trata-se do combate às reformas e da defesa dos empregos e salários.

Governo avança com a reforma trabalhista e a burocracia sindical recua

Vencido os trâmites parlamentares, a reforma trabalhista foi encaminhada para a aprovação final no plenário. Tudo indica que será votada no início de julho. A ilusão dos opositoristas de que o governo estava com dificuldades caiu por terra. O governo já tinha feito um acordo com a burocracia da Força Sindical e UGT de que, depois de aprovada a reforma, faria algumas medidas provisórias para atender seus apelos. Mas nada que modifique a essência da reforma, que é a de aumento da exploração do trabalho, de facilitar as demissões e de eliminar direitos trabalhistas por meio do “negociado sobre o legislado”. Foi a mesma promessa que fez aos burocratas quando da aprovação da Lei da Terceirização, até hoje não cumprida. Mesmo assim, estavam eles lá à espera da esmola do governo golpista.

O mais grave foi o fato da Força Sindical, UGT e aliados terem rompido a frente das centrais que organizaram a greve de 28 de abril e passaram a se colocar contra a greve geral de 30 de junho. Ainda mais, responsabilizaram os trabalhadores pela sua política traidora. Dizem que os condutores não parar os transportes porque os sindicatos foram multados na greve passada. Falso! Não vão parar porque suas direções se colocaram por negociar pontos da reforma. A safadeza do burocrata da UGT é tão descarada ao ponto de dizer que na reunião que fez com o Ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, defendeu “ajustes” na reforma. Dizendo que “é menos pior”. O dirigente da Força Sindical, Juruna, se queixou do fato da greve geral de 30 de junho estar “muito focada na reforma trabalhista” e o que mobiliza é a “reforma da previdência”. Como se vê, são burocracias que dividem os trabalhadores e colocam as centrais e seus sindicatos a serviço da aprovação de uma violenta reforma contra os empregos, salários e direitos.

A CUT, que se colocou contra participar das negociações junto com a Força e UGT, não trabalhou verdadeiramente para que houvesse uma grande greve geral. Após a vitoriosa greve de abril, retomou sua velha política de “pressão parlamentar”. Quando da rejeição da reforma na Comissão de Assuntos Sociais, passou a alimentar ilusões de que o governo estava com dificuldades, que a base aliada se mostrava frágil diante das denúncias de corrup-

Derrubar a Lei da Terceirização

A Lei da Terceirização foi sancionada por Temer em 31 de março. Tratava-se de um projeto da época de Fernando Henrique Cardoso (1998), que foi colocado para votação na Câmara de Deputados em 22 de março de 2017. Por meio dessa Lei, a terceirização poderá ser implantada até para as atividades-fim, tanto para o setor privado, quanto para o público.

Os parlamentares vinculados ao PT e seus aliados, na época, recorreram ao Supremo Tribunal, alegando inconstitucionalidade. Mas, ficou apenas como denúncia. Agora, foi o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, que encaminhou uma “Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)” no Superior Tribunal Federal, denunciando que essa Lei fere a legislação que regula as relações de trabalho. Pede a concessão de uma liminar para suspender a aplicação da Lei da Terceirização. O que causou surpresa, porque a Lei já foi aprovada há três meses. O fato é que essa ação de Janot veio exatamente no momento em que denuncia o governo Temer de praticar a “corrupção passiva” e pede o seu afastamento. Compareceu, assim, como mais um ataque a Temer.

ção de Temer e que era preciso reforçar a presença em Brasília nos dias 28 e 29, quando da votação da reforma na CCJ. Mas tudo veio abaixo com a sua aprovação. O senador petista, Paulo Paim, se limitou a dizer que é preciso fazer “um grito silencioso do Brasil contra as reformas na sexta-feira, dia 30, numa grande mobilização”.

Justamente quando o governo está mergulhado na mais grave crise política e quando o Congresso Nacional caminha com as reformas, as burocracias sindicais forçista, ugetista e cutista bloqueiam a presença da classe operária nas manifestações do dia 30. Não há dúvida de que o governo golpista apodrecido só se mantém em pé porque prevalece no seio dos explorados o divisionismo das burocracias sindicais e a política de oposição burguesa da CUT/PT. A burguesia, seu governo e seu Congresso Nacional golpistas não teriam condições de ir adiante com o brutal ataque às massas se não fosse a colaboração de classes praticada pelas frações burocráticas que comandam as centrais.

Num primeiro momento, que antecedeu à greve geral de 28 de abril, esses dirigentes posaram de adversários das reformas e pareceram dispostos a soldarem uma frente única nacional de mobilização. Pareciam que haviam colocado de lado suas diferenças em nome da defesa dos direitos dos trabalhadores. Chegaram a se colocar sob a mesma bandeira de “nenhum direito a menos”. Não demorou para a retomar o divisionismo e o colaboracionismo. A Força Sindical e UGT, de um lado, abraçaram a oferta do governo de negociação. Por outro, a CUT, CTB e movimentos aliados retrocederam agarrados na bandeira de eleições diretas e formação de um governo “legítimo”. Essas duas movimentações, na verdade, não se opõem, se completam. A Força Sindical e UGT passaram a negociar seus mesquinhos interesses de burocracia (imposto sindical, etc.). A CUT e aliados passaram a reivindicar a retirada das reformas e abertura de uma mesa de negociação.

É preciso desde já denunciar junto à classe operária a responsabilidade dessas direções sindicais diante do que possa acontecer com as reformas de Meirelles e de uma possível continuidade do governo burguês, golpista e corrupto de Temer.

A CUT, por sua vez, aproveitou para repisar a sua posição de que não “reconhece qualquer legitimidade” na aprovação dessa Lei. Diz que a Câmara dos Deputados está desmoralizada pelos “atropelos de sua maioria à democracia e aos direitos da classe trabalhadora”. Retoma a campanha de que o governo não tem legitimidade para votar reformas e leis contra os trabalhadores. Portanto, bate na mesma tecla de que é preciso eleições diretas e um governo legítimo.

Certamente, é bom utilizar a alegação de inconstitucionalidade para mostrar aos trabalhadores a necessidade da mobilização. Mas é preciso, ao mesmo tempo, indicar que o conteúdo e o ponto de partida da luta contra a terceirização correspondem à defesa das condições de trabalho e de existência dos assalariados. Está aí por que não acatamos nenhuma medida que fere os direitos trabalhistas, mesmo que esteja muito bem fundamentada nas leis burguesas. A ação de Janot deve ser tomada apenas para afirmar a rejeição integral da Lei da Terceirização. A reivindicação de revogação da Lei da Terceirização é parte da luta contra as reformas trabalhista e previdenciária.

Temer diz que não sai e que avançará com as reformas

A resposta está em organizar uma poderosa greve geral no dia 30 de junho

O País está diante de mais um episódio da dilacerante crise política. A denúncia de “corrupção passiva” contra o presidente Temer chega ao seu ponto mais alto e decisivo. O governo esperava ansiosamente que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, movesse a última pedra do tabuleiro procurando alcançar o xeque-mate. Não houve, assim, nenhuma surpresa de que haveria a denúncia contra Temer no Supremo Tribunal Federal. Somente não estava clara a sua forma. O procurador decidiu por desmembrar o processo, começando pela acusação de crime de “corrupção passiva”.

Baseado nas gravações do empresário da JBS, a procuradoria demonstrou que Temer se valeu de “vantagem indevida de R\$ 500 mil ofertada por Joesley Batista”. Segundo a denúncia, houve um acordo de recebimento “de vantagem indevida no montante de 38 milhões de reais”. A “corrupção passiva” quer dizer que Temer se utilizou das relações políticas com os donos da JBS para enriquecimento pessoal. Espera-se, agora, que o procurador apresente duas outras denúncias: obstrução da investigação da Operação Lava Jato e crime organizado. A obstrução está claramente comprovada no diálogo gravado de Temer com o empresário corruptor, onde incentiva Joesley a comprar o silêncio do ex-deputado Eduardo Cunha. O crime organizado corresponde à rede de relações com o tráfico de influência e desvio de dinheiro por políticos do PMDB ligados a Temer. Foram citados nomes como os do ex-deputado Rodrigo Rocha Loures, do ex-ministro e senador Geddel Vieira Lima, do ex-presidente da Câmara Federal cassado Eduardo Cunha e do ex-assessor especial do governo José Yunes. Provavelmente, essas asseclas são apenas a ponta do novelo.

Não foi a denúncia em si, que já era esperada, que enraiveceu o presidente golpista. Mas sim a decisão de Janot de enviar as denúncias em partes. A resposta irada foi: “nada nos destruirá, nem a mim, nem aos nossos ministros”.

Depois da vitória no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Temer sentiu-se mais seguro para reagir à derradeira etapa a ser resolvida no Congresso Nacional. Nos cálculos das forças de sustentação do apodrecido governo, num curto prazo de tempo, transcorreria a denúncia da procuradoria-geral, o seu recebimento pelo Supremo Tribunal e sua votação no Congresso Nacional, que o isentaria das acusações. A apresentação desse processo em vários momentos alongaria a crise de governabilidade. O que poderia enfraquecer ainda mais o presidente e impulsionar as forças de desintegração política de sua base de sustentação.

A manobra de Janot aumentou o ódio dos governistas, que veem no Ministério Público, Procuradoria-Geral da República e Polícia Federal uma trincheira que serve a conspiradores que querem a derrubada de Temer. A camarilha presidencial terá de convencer os parlamentares a realizarem uma contramanobra, aguardando todas as denúncias para agrupá-las e decidi-las de uma só vez. O que quer dizer que aumentaram as dificuldades de Temer em alcançar rapidamente a tão desejada vitória final.

O pronunciamento de Temer, na tarde de 27 de junho, repetiu a tática de denunciar o procurador Janot de conivência com os donos da JBS. Deu a entender que a delação premiada dos irmãos Batista resultou numa confabulação para livrá-los de punição, utilizando-se para isso de uma gravação ilegal que não serviria como prova judicial. Desta vez, o pronunciamento de Temer, em uma coletiva à imprensa, foi amparado por uma plêiade de deputados, senadores e ministros. Encarnando um papel de ator, procurou colocar-se como um inocente perseguido por uma instituição do Estado que viola o Código Penal, transformando ilações em provas.

Essa desfaçatez diante da imensa maioria dos brasileiros, convencida de que o presidente golpista faz parte da rede de corrupção, não vem no sentido de mudar o sentimento e a consciência das massas. Vem no sentido de exortar as forças burguesas que promoveram o golpe a se manterem coesas em torno do presidente, que assumiu plenamente as reformas exigidas há muito tempo pelo capital financeiro, industrial, agrário e comercial.

Temer se escora inteiramente nas reformas antinacional e antipopular, que, por sua vez, são do interesse do grande capital e do imperialismo. Conta com o apoio de poderosos grupos econômicos, que ainda veem na manutenção do governo golpista a via para a aprovação das reformas trabalhista e da previdência, mesmo que não integral.

A alta classe média que empunhou a bandeira do impeachment, arrastando camadas da classe média baixa e influenciando camadas populares, mantém-se imobilizada diante dos escândalos de corrupção, que antes serviram para impulsionar grandes manifestações de rua. Os serviços da burguesia como “Vem Pra Rua”, “Movimento Brasil Livre (MBL)”, etc. estão calados.

A classe operária, que poderia encabeçar o movimento de massa para derrubar as reformas e o governo golpista, teve o seu impulso com a greve geral de 28 de abril contido pela burocracia sindical.

A bandeira de eleições diretas, ao invés de servir para unir os explorados contra o governo, acabou por enfraquecer o combate contra as reformas, desviando, secundarizando e subordinando-as à estratégia de oposição burguesa, liderada pelo PT, que apregoa a constituição de um novo governo burguês como via para resistir à aprovação das reformas de Temer.

A greve geral marcada para o dia 30 de junho já não conta com a frente sindical das centrais, que se dispuseram a organizar a greve geral de abril. O governo está contando com essa divisão para que o dia 30 fique aquém da greve geral de abril. O governo golpista em decomposição já teria caído se o movimento operário e da maioria explorada tivesse avançado a partir da greve de abril.

O fato da existência de Temer depender, em última instância, do choque interburguês no aparato do Estado possibilitou que as forças pró-governo organizassem uma resistência, que refletiu na decisão do TSE e que ainda tem possibilidade de ganhar posições no Congresso Nacional contra as denúncias do procurador-geral da República. Sem dúvida, as revelações de Joesley sacudiram as

bases do governo. As divisões no PSDB, que, ao lado do PMDB, é um dos principais esteios da governabilidade de Temer, expressam o avanço da crise e a extrema dificuldade de Temer em se manter até as eleições de 2018. Está aí por que ainda há possibilidade desse governo ser afastado.

A burguesia e as suas distintas variantes partidárias terão de avaliar se é o caso de rechaçar no Congresso Nacional a denúncia de Janot e assim desmoralizar as instituições que comandam a Operação Lava Jato, ou afastar Temer sobre a base de uma composição que permita cumprir parte das reformas montadas pelo ministro da Fazenda Henrique Meirelles. O melhor caminho para reduzir os choques no interior do Estado e das instituições civis da burguesia seria o de afastar Temer, formar um novo governo por meio do Congresso Nacional e estabelecer um pacto entre as instituições do Estado para concluir o mais rápido possível a Operação Lava Jato. Não seria difícil amordaçar o PT, que reclama “eleições diretas”.

Essa via, no entanto, não conta com unidade entre as próprias forças que promoveram o impeachment de Dilma Rousseff. Isso porque o PMDB e o PSDB tendem a romper a aliança golpista em função da disputa eleitoral em 2018. O DEM, que serve de pêndulo entre esses dois partidos mais poderosos da burguesia e que poderia ficar com a presidência da República, uma vez que preside a Câmara Federal, não representa nenhuma das mais importantes frações burguesas que decidem a vida política do país.

O problema da permanência ou queda de Temer depende de como será mantida essa equação. A Carta de Fernando Henrique Cardoso exortando Temer a renunciar e convocar as eleições presidenciais foi tomada com desdém pelos partidários do governo. Mesmo no PSDB não ressoou como um verdadeiro chamado. Como se vê, para que o Congresso aceite a denúncia é preciso uma reordenação das forças que promoveram o golpe. Está aí por que é mais conveniente manter o polo da inércia da crise do que impulsionar seu polo dinâmico. Em outras palavras, manter Temer, derrotando Janot; conduzir as reformas com Temer do que arriscá-las com outro governo. Essa contradição, evidentemente, depende do que acontecerá com a greve geral de 30 de junho e da atitude das massas diante do governo em decomposição.

A puxada do freio de mão pela burocracia sindical depois de abril deu uma trégua ao governo. A partir daí, Temer agiu para dividir as Centrais abrindo uma via de negociação com a Força Sindical e a UGT. Essa divisão e o enfraquecimento do impulso das massas pesam enormemente em favor de qualquer que seja a variante da crise conduzida pelos partidos da burguesia. Temer passou a ter uma moeda de alto valor nas negociações interburguesas, que é o deslocamento de parte da burocracia sindical do movimento grevista e sua integração em um quadro de negociação. Trata-se da Força Sindical e aliados que participaram do golpe e que nunca deixaram de ser serviços do governo golpista.

É preciso clarear ao máximo os caminhos burgueses que conduzem a crise, de forma a não se submeter a nenhuma de suas

variantes. A luta pela independência de classe do proletariado e do conjunto dos explorados é o problema fundamental da crise conjuntural e estrutural do capitalismo.

O PT e seus aliados intervêm à sombra da crise política para se reestruturar como oposição burguesa democratizante. Seu braço burocrático nos sindicatos não trava a luta contra o divisionismo da burocracia direitista encastelada na Força Sindical, UGT, etc. Os acontecimentos mostram que as bandeiras do “Fora Temer” e “Eleições Diretas” são impotentes diante do desabamento da democracia burguesa, que tem em sua base a crise econômica estrutural. Ou seja, que tem em sua base a contradição entre as forças produtivas comprimidas e destroçadas e as relações capitalistas de produção na forma monopolista e de domínio imperialista. Está aí por que as demissões em massa e o desemprego deram um gigantesco salto à frente. As massas recebem o impacto da ruína capitalista. E a burguesia não tem outra política econômica a não ser a das reformas antinacional e antipopular.

A greve geral de abril mostrou nitidamente que a classe operária e os demais explorados estavam pela derrubada integral da política econômica montada por Meirelles. Estavam pela derrocada das reformas. Para avançarem, não podiam se prender à crise política, cujas soluções vinham dos partidos da burguesia, entre eles o PT. O problema permanece diante da escalada da crise com as denúncias de Janot.

Para não se submeter a nenhuma das soluções que vêm do Estado, é preciso que a vanguarda explique e demonstre para os explorados que a classe operária tem sua própria estratégia de poder. É preciso recuperá-la como parte da luta dos explorados contra os exploradores, contra toda e qualquer forma de governo burguês. Nossa luta

deve ser guiada contra a burguesia, seus governos e seu Estado. O que exige elevar a consciência revolucionária do proletariado, reconhecendo-se como classe distinta e oposta à burguesia. O combate contra as reformas e contra o governo burguês, golpista e corrupto de Temer para ser consequente, para unir a maioria oprimida, depende de ser guiada pela estratégia do governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado.

O capitalismo é um sistema em decomposição e não tem como realizar reformas democráticas e econômicas que estejam de acordo com as necessidades dos explorados. É ilusória a reorganização de uma oposição “democrática e popular”, como o PT e sua frente popular promovem. Todo e qualquer objetivo voltado à disputa eleitoral conclui opondo-se à luta pela derrubada das reformas antinacional e antipopular da burguesia.

Fazemos um chamado aos trabalhadores e à juventude: organizemos a greve geral de 30 de junho para golpear fundo as reformas trabalhista e da previdência; por exigir a revogação da Lei da Terceirização e a reforma do ensino médio; pelo não pagamento da dívida pública; pelo fim das demissões, pela redução da jornada sem reduzir os salários de forma que todos tenham trabalho e salário. Esse é o caminho da luta independente, classista, contra o governo, a burguesia e o Congresso Nacional golpista.



As divisões no PSDB, que, ao lado do PMDB, é um dos principais esteios da governabilidade de Temer, expressam o avanço da crise e a extrema dificuldade de Temer em se manter até as eleições de 2018. Está aí por que ainda há possibilidade desse governo ser afastado.

Direção da CUT aceita uma reforma trabalhista e da previdência, desde que negociada

Em nota de 28 de junho, a CUT lançou a bandeira: “retirem as reformas de pauta e vamos para a mesa de negociação”. O seu presidente, Vagner Freitas, declarou em tom de desafio aos parlamentares que recomecem as reformas do zero e que se abra uma mesa de negociação. Reproduziu na nota da CUT essa exigência apresentada em uma audiência pública no Senado. Eis: *“Disse ontem (27), na minha intervenção durante a audiência pública: não querem fazer negociação? Praticuem a negociação. Retirem essa proposta esdrúxula e, passando essa turbulência eleitoral e política, a gente faz uma eleição direta, elege novo Congresso, nova presidência e coloca uma mesa de negociação trabalhista e previdenciária num governo eleito e em livre negociação. Não no legislado. Dizem que querem enfatizar negociação sobre o legislado, mas o que estão fazendo aqui é exatamente o contrário, à revelia dos trabalhadores”*.

Estamos diante de uma confissão contrária às necessidades e os interesses da classe operária e demais assalariados. Freitas admite pôr a CUT a serviço de uma reforma trabalhista e previdenciária, colocadas por um governo e um Congresso Nacional eleitos. Oculta, assim, o conteúdo de classe das reformas. As mudanças nas relações trabalhistas e previdenciárias têm sido colocadas – isso há muito tempo – como necessárias pelos capitalistas e seus governos. Não nasceram, portanto, das necessidades e das reivindicações da classe operária e demais explorados. É a burguesia que está impondo aos oprimidos suas reformas e não o contrário.

A crise econômica em escala mundial, a guerra comercial e as pressões sobre a taxa média de lucro dos capitalistas têm obrigado os governos a imporem reformas regressivas e reacionárias. Em termos gerais, tais reformas regressivas aumentam a taxa de exploração da força de trabalho. Qualquer que seja a via adotada para impô-las, servirão apenas às necessidades do capital.

A burocracia quer ser ouvida e reclama a negociação, porque pretende aparecer diante da classe operária como aqueles que diminuíram em alguns pontos o brutal ataque dos exploradores contra os explorados. Agarra-se a eleições e à democracia como se esse regime político fosse a salvação da classe operária, dos camponeses e das camadas médias arruinadas. Em outras palavras, por meio da ação parlamentar, os sindicalistas negociam com os representantes da burguesia o quanto é possível prejudicar as condições de trabalho e existência das massas. Não admitem a premissa classista de que direitos conquistados e empregos não se negociam, se defendem por meio da luta de classes.

Está mais do que claro que a Lei da Terceirização, a mudança no regime previdenciário e nas relações trabalhistas não são necessárias para o conjunto dos trabalhadores. Mas são inteiramente necessárias para o conjunto da burguesia. Nossa luta, portanto, não é para negociá-las, mas para impedi-las em sua totalidade. A bandeira correta, classista, é justamente contrária à levantada por Vagner Freitas. Eis: não temos o que negociar aquilo que já é conquista dos trabalhadores. Negociar nestas condições é admitir perdas de direitos. O princípio classista é

de que não se negocia perda de direitos.

A burocracia sindical, portanto, adaptada ao capitalismo e à democracia burguesa, não organiza a luta contra a destruição de direitos, mas utiliza a movimentação limitada dos explorados para negociar perda de direitos. É o que está propondo o dirigente da CUT. É por essa via que se desenvolve a política de conciliação de classes.

Criticamos e rechaçamos a bandeira “retirem as reformas de pauta e vamos para a mesa de negociação”, partindo de princípios classistas.

Vejamos agora a reclamação de Freitas diante das reformas de Michel Temer. Os burocratas não rechaçam integralmente os projetos montados por Meirelles. Apenas rechaçam o governo caracterizado como “ilegítimo”. É “ilegítimo” porque nasceu do impeachment de Dilma Rousseff e, portanto, não foi eleito. Um governo “ilegítimo” não pode fazer reformas que atingem os interesses populares e nacionais. Por não ser “legítimo”, Temer e o Congresso Nacional não negociaram os projetos de reformas com as centrais. Como se vê, não está em questão o caráter e o conteúdo das reformas, mas sim o caráter e o conteúdo do governo. Seu caráter é dado pela “ilegitimidade” e seu conteúdo, pela corrupção. Daí ser um governo “ilegítimo” e corrupto. A conclusão passa a ser a de que é necessário um governo “legítimo” e honesto para colocar em pauta as reformas e a negociação. Assim a CUT, se orientando pela política de oposição burguesa do PT, pleiteia a convocação de eleições, comprometendo-se desde já a sentar em torno de uma mesa de negociação para montar as reformas, que são do interesse da classe capitalista.

A Força Sindical e a UGT, que se alinharam ao movimento golpista, não se preocupam em caracterizar o governo e o Congresso Nacional. O problema dessa fração burocrática de direita está no fato de Temer desconhecê-las e não convidá-las a participar da elaboração das reformas. Bastou um aceno do governo mergulhado na crise para que os burocratas rompessem a frente única que organizou a greve de 28 de abril e sabotassem a convocação de uma nova greve geral. O realismo da Força Sindical e da UGT não exige vincular as reformas ao caráter do governo.

Sob a máscara burguesa da “legitimidade”, a CUT e seus aliados subordinaram o combate das massas às reformas à convocação de eleições diretas. Essa subordinação desviou o choque dos explorados contra o governo golpista, burguês e pró-imperialista de Temer. Renunciou, não em palavras, mas de fato, à luta pela derrubada das reformas.

Os explorados e sua vanguarda devem rechaçar terminantemente a bandeira “Retirem as reformas de pauta e vamos para a mesa de negociação”. Rechaçar a posição de constituir um novo governo e um novo Congresso por meio das eleições para iniciar do zero as negociações em torno das reformas trabalhista e previdenciária. Nossa bandeira: organizar a greve geral por tempo indeterminado para derrubar e sepultar integralmente as reformas antinacional e antipopular do governo burguês, golpista e corrupto de Temer.

Reunião de 26/06 do Comitê de São Bernardo

Burocracias sindicais jogam banho de água fria na greve geral

Fizeram parte da mesa a Força Sindical, CUT, Conlutas e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. No plenário, estavam os representantes dos parlamentares da região e os militantes do Comitê contra as reformas de Santo André e Mauá, como o PSOL, Espaço Socialista e o POR. Havia uma expectativa em relação à presença do Sindicato dos rodoviários de São Bernardo porque traria a decisão sobre a paralisação de 30 de junho. Quando chegou, o informe foi que decidiu pela greve.

As burocracias sindicais estavam contra a greve geral. A Força Sindical, representada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, se limitou a dizer: “a coisa está devagar e que se a greve for menor que a de 28 de abril será um tiro no pé”. A CUT, por sua vez, se colocou pela greve, mas enfatizou que os patrões estão fazendo ameaças. O representante do Sindicato das escolas privadas interveio dizendo que os professores realizaram uma boa paralisação em abril, mas agora estão em férias.

Os militantes do Comitê de Santo André e a Conlutas propuseram fazer um bloqueio conjunto na rodovia Anchieta e enfatizaram a importância da presença dos sindicatos. Foi aí que o representante Paulo Cayres – presidente da CNM (Confederação Nacional dos Metalúrgicos /CUT) desentendeu o que estava na garganta. Começou criticando o PSTU por ter colocado nas redes sociais que a greve do dia 28 de abril foi um blecaute; que o PSTU quer a prisão do Lula e depois pede apoio para os metalúrgicos; que a greve geral não é pastelaria como pensam os agrupamentos pequenos; que (eles) os metalúrgicos fazem a política correta, porque dirigem a categoria com responsabilidade; que irão a Brasília nos dias 28 e 29 de junho para

pressionar os senadores ; que (ele) na reunião das Centrais foi contra fazer a greve no dia 30 de junho; que não se pode colocar os trabalhadores em risco e que a decisão foi clara: as categorias fazem a greve se puderem e que uma categoria não deve falar o que fazer para a outra. Concluiu rejeitando a proposta do Comitê de Santo André, dizendo que quem decide parar a Anchieta é a diretoria do sindicato.

Um dos diretores do Sindicato Metalúrgico procurou amenizar o desabafo do representante da CNM/CUT, dizendo que era inviável bloquear a Anchieta porque a Volks e a Mercedes já estão paradas e não tem como chamar os operários para irem ao bloqueio.

No final da reunião, ficou acertado uma concentração no Largo do Matriz, às 12 horas, no dia da greve geral.

Conclusão

Está claro que se a greve geral depender da vontade das burocracias das centrais que estavam no Comitê nada vai acontecer em São Paulo. Tudo indica que a atitude contrária à greve geral ou, senão contrária, mas de corpo-mole refletiu a divisão interburocrática e a indisposição geral das Centrais em organizar o movimento pela derrubada das reformas antinacional e antipopular. Não foi uma surpresa para a vanguarda que vem trabalhando pela greve geral, como é o caso da militância porista.

No momento em que as direções sindicais desativaram a luta depois da greve geral de 28 de abril e realizaram um 1º de maio fragmentado e festivo, evidenciou que se tratou de uma unidade burocrática momentânea, cujo objetivo não era o de derrubar integralmente as reformas e sim

abrir negociações com o governo e o Congresso Nacional golpistas.

A militância classista, no entanto, não deve se esmorecer nem se guiar pela conduta traidora dos burocratas. Continuaremos indo às fábricas com o Boletim Nossa Classe, convocando e organizando os trabalhadores para se levantarem contra as reformas trabalhista e da previdência.

Reunião do Comitê contra as Reformas da previdência e trabalhista

A reunião do Comitê em Santo André, 25 de junho, foi bem menor que as anteriores. Tinha como objetivo avaliar as atividades do dia 20 (“Esquentar”) e organizar a greve geral. Contou com a presença de militantes das correntes que vêm impulsionando o comitê, POR, PSOL, PSTU e outros agrupamentos.

A militância criticou a conduta das burocracias sindicais de mudar o caráter da greve geral e introduzir mais confusão entre os trabalhadores. A nota das Centrais: “vamos parar o País” expôs, na realidade, que as burocracias estão contra a greve geral de 30 de junho. Enfatizou que era preciso, a partir dos comitês de base, impulsionar a greve geral.

O Comitê, por sua vez, aprovou a participação no Comitê de São Bernardo, no qual faz parte a Força Sindical e CUT. E a tarefa de levar a proposta de um bloqueio na Rodovia Anchieta, no dia da greve geral.

COMITÊ DE SÃO MIGUEL CONTRA AS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA E TRABALHISTA

No dia 06 de junho, começamos a participar das reuniões do comitê de São Miguel, Itaim Paulista, Ermelino Matarazzo e região, contra as reformas da previdência e trabalhista do governo Temer. O comitê tem organizado e participado ativamente das últimas greves e manifestações contra as reformas, como a marcha a Brasília. Um dos pontos debatidos na reunião foi a preparação da greve geral do dia 30 de junho. Outro item foi a perseguição política feita pelo vereador Fernando Holiday ao professor Cleber, da Escola Estadual Hélio Tavares. Nesse ponto, o comitê informou que participaria de um ato na Assembleia Legislativa, contra a

perseguição política ao companheiro.

Em relação à preparação da greve geral do dia 30 de junho, foi tirado elaborar um panfleto de convocatória para o ato do dia 20, convocado pelas centrais na Praça da Sé. No dia 19 de junho, participamos da panfletagem do material na feira da Vila Mara. O material foi muito bem recebido pelos trabalhadores e trabalhadoras, que demonstravam estar contra as reformas do governo. O comitê está conformado pelo MAIS, PSOL, PSTU, POR e Independentes. Todos têm acordo que é necessário fazer um forte trabalho de divulgação da greve geral nas fábricas, nas escolas e bairros da

região, para trazer os trabalhadores e a comunidade para a luta.

No debate sobre a situação política, surgiram diferenças sobre qual deve ser a saída, a resposta que a classe operária e demais oprimidos devem levantar, defender para colocar fim à crise econômica e política que vive o país. O MAIS, PSOL e PSTU se colocaram corretamente pela organização da greve geral para derrotar as reformas, mas divergiram sobre qual é a saída para colocar fim à crise. Os companheiros do PSOL e do MAIS defendem a consigna de fora Temer e diretas já. O PSTU por sua vez, defende o fora Temer, fora todos eles e eleições gerais. Todos convergem no eleitoralismo, distinguem-se apenas pela forma.

Nós, do Partido Operário Revolucionário, interviemos defendendo o caráter e a importância de frente única de luta do comitê. A necessidade de organizar a greve geral por tempo indeterminado

Ceará

Organizar os comitês de base contra o governo e as reformas antinacional e antipopular

POR organiza comitê em Fortaleza

No dia 09 de junho, foi lançado na Universidade Estadual do Ceará (UECE) o *comitê de luta contra Temer e suas reformas*, impulsionado pelo POR. Contou com a presença da militância e simpatizantes que fizeram discussão sobre a crise política e a necessidade do enfrentamento com o governo golpista. Foi aprovado, por fim, um calendário de atos e mobilizações preparatórias ao dia 30/06. No dia 23 de junho, realizou-se a II plenária, também na UECE, onde houve avaliação coletiva dos atos, das panfletagens e a preparação para novas mobilizações em algumas categorias convocando para a greve geral.

O boicote das burocracias sindicais à luta contra as reformas: nada de plenárias ou comitês

No Ceará, a CUT, a CTB e as burocracias sindicais em geral desprezam a importante tarefa da constituição dos comitês de luta por local de trabalho, estudo ou moradia, que funcionem como órgãos de frente única contra o ajuste fiscal e a destruição de direitos. Também as correntes que se reivindicam da esquerda, como as do Bloco de Esquerda/Frente Povo Sem Medo (PSOL, MAIS, NOS, PCB etc) não se interessaram por impulsionar os comitês, preferindo, em seu lugar, as reuniões que ensejam acordos eleitorais em seus encontros. Isto é explicado pela rejeição das direções dos movimentos a travarem uma luta firme e abnegada contra o governo no terreno da ação direta.

A importância dos comitês está em que correspondem às neces-

para derrotar as reformas da previdência e trabalhista. Derrubar o governo golpista de Temer e defender o governo operário e camponês, a ditadura do proletariado. Divergimos da saída de eleições diretas ou gerais, apresentadas pelo PSOL, PSTU e MAIS, porque estas são saídas burguesas e não proletárias para a crise. A luta contra as reformas não pode ter como objetivo tirar Temer e eleger outro governo burguês. Seja quem for que chegue ao poder do estado pela via eleitoral, será um administrador dos negócios da burguesia, portanto de ataque a classe operária e demais oprimidos.

Depois do debate e aclaradas as diferenças estratégicas, houve acordo que o comitê deve ter um caráter de frente única, contra a terceirização e as reformas da previdência e trabalhista. Consideramos que em todo o país devem ser constituídos comitês com esse mesmo caráter.

sidades concretas da luta, porque permitem dar expressão organizativa às deliberações de plenárias, assembleias por categoria etc, além de assegurar a presença dos direitos dos explorados. Dada a gravidade dos ataques da burguesia às massas assalariadas, a estruturação de comitês em toda parte, das fábricas aos bairros pobres, aparece como uma necessidade imperiosa que, desgraçadamente, é bloqueada pela política de colaboração de classes das direções sindicais. Os explorados são, dessa forma, apenas convocados, passivamente, de tempos em tempos, para os grandes atos da greve geral. A burocracia traidora sabe o quão explosivo poderia ser a orientação de estimular comitês independentes.

É preciso ir ao encontro dos trabalhadores e juventude pobre

O caráter embrionário do POR determinou que não pudéssemos erguer mais do que um único comitê, de atuação geral. Este tem atuado junto a fábricas, bairros pobres, escolas e universidades. A sua experiência junto aos explorados tem mostrado que a cada dia fica mais evidente para este o sentido do golpe do impeachment e o caráter avassalador das reformas malditas que puseram em marcha parwwa esmagá-los. As condições abertas pela profunda crise econômica e política do regime burguês precisa ser aproveitada pelos revolucionários para a mais ampla propaganda do marxismo-leninismo-trotskyismo. Apenas o avanço da política revolucionária e o desenvolvimento do partido revolucionário entre os explorados pode dar solidez à luta contra a burguesia e o imperialismo.

Paraná

Não houve uma verdadeira preparação para a greve geral

A organização da greve geral no Paraná indica que o engajamento da maioria dos sindicatos acompanha a orientação das centrais. Estas anseiam muito mais negociar com o governo golpista detalhes das reformas do que derrotá-lo para preservar os direitos ameaçados.

Muitos sindicatos que na greve do dia 28 de abril orientaram a paralisação estão marcando apenas atos e manifestações. Em Curitiba, motoristas e cobradores de ônibus, por exemplo, que nas primeiras manifestações aderiram ao dia de greve, já infor-

maram que não vão parar. Metalúrgicos também devem fazer apenas atos nas viradas de turno sem parar completamente.

Em Londrina, o “coletivo de sindicatos”, bastante reduzido com relação à última greve, resolveu inclusive nem convocar propriamente uma greve, mas, fazer um ATO CONTRA A ESCRAVIDÃO TRABALHISTA E O FIM DA PREVIDÊNCIA, com horário marcado para acabar as 13 horas.

Dessa forma, o que se desenha no horizonte é a fabricação de uma derrota.

Paraíba

Combater a burocracia com a política operária

Paralelamente ao trabalho operário na Alpargatas, com a distribuição mensal do Boletim Nossa Classe, o POR participa do Comitê Municipal Contra a Reforma da Previdência, que, nos dias de ato nacional, costuma estender as atividades para a porta dessa fábrica. Essa foi a causa da adesão por parte dos operários à greve de 28 de abril, a despeito do sindicato. Na mais recente atividade, foi feita a preparação do ato, a discussão do conteúdo e a distribuição dos panfletos do Comitê no centro da cidade. Particularmente na Alpargatas, atuamos inicialmente com o nosso próprio material, como costumamos fazer há alguns anos. Ocorre que, desta vez, nossa panfletagem partidária foi condenada por um membro do PSTU, que mandou nossos militantes abandonarem nossos panfletos para distribuir os do Comitê, evidentemente não acatemos. Uma militante lhe explicou que havia distribuído o boletim do Comitê nos dias anteriores e que, assim que terminasse nosso material, ajudaria com o outro, como o fez, de fato. Também justificou que, como o material do Comitê poupava o sindicato calçadista – burocracia sindical que controla os trabalhadores da Alpargatas de forma antidemocrática –, o POR viu-se obrigado a se posicionar sobre essa questão. De qualquer forma, faríamos todas essas considerações e ouviríamos as críticas na reunião de balanço. Nas duas primeiras reuniões pós-ato, sem a presença do militante do PSTU, não houve a avaliação do ato. Outra reunião foi marcada, comparecemos, mas por falta de quórum, não ocorreu. As atividades seguiram e não se tocou no assunto até o dia 13/06, quando houve nova reunião para organizar a manifestação de 20/06.

Militante do PSTU não aceita as críticas e tem de ser contido ao partir para agressão física

Durante a reunião, houve uma divergência levantada pelo POR quanto a uma proposta de fazer um cortejo, que qualificamos como festivo, pois seria uma panfletagem nas lojas ao som de uma banda de forró. Dissemos achar contraditório fazer a denúncia da situação dramática pela qual passam os explorados, amargando crescente desemprego, sobrevivendo na miséria e trucidados pelo Estado e pelos latifundiários com um sorriso no rosto e dançando diante dos explorados. Não nos levariam a sério, com toda razão. Porém, como sabemos que a forma “carnavalesca” é uma constante no movimento, limitamo-nos a registrar esse posicionamento, mesmo sabendo que éramos voto vencido e que compareceríamos no ato, pois a luta contra as reformas é o motivo da frente política constituída, mas que não participaríamos do cortejo. Foi então que o militante do PSTU quis nos “aconselhar” que esse método de divergir não era bom, pois demonstra nosso “sectarismo” e “aproveitou” para dizer que outro exemplo disso foi nossa panfletagem na Alpargatas. Como se vê, o morenista colocou de chofre, como um comentário transversal, sua crítica partidária. Dissemos que, para debater isso, deveríamos abrir um ponto sobre o tema e que, se tivéssemos

a oportunidade, justificaríamos nossa panfletagem, que essa crítica nunca havia surgido antes e que, mesmo não cabendo ao Comitê determinar o que as organizações devem fazer, estávamos dispostos a não panfletar nosso material no dia do ato se o sindicato deixasse de ser poupado. Durante nossa fala, o militante do PSTU não se conteve, interrompeu constantemente, dando uma versão falsa de como foi a conversa em frente à fábrica, alegando que simplesmente viramos as costas para ele e dissemos que só iríamos panfletar o nosso material. Os ânimos esquentaram, as vozes se elevaram, até que, por ouvir que sua versão não era verdadeira, o membro do PSTU avançou sobre nosso militante, para agredi-lo fisicamente. Como nosso militante manteve-se sentado, sem esboçar qualquer reação ao dedo apontado a meio centímetro de seu rosto e os presentes contiveram o desvairado, o conflito não descambou às “vias de fato”.

Resolver uma polêmica via agressão ou ameaça física, essa forma gangsteril das mais horrendas, deve ser condenada com veemência pelos revolucionários. Na própria reunião, foi condenada por alguns que se manifestaram sobre o ocorrido. Entretanto, o que nos chamou a atenção foi que as falas igualaram a responsabilidade dos envolvidos. Como se o militante do POR tivesse a mesma intenção de agredir o do PSTU. A explicação para isso é que os membros do Comitê compraram a versão de que fomos sectários ao distribuir nosso material, mesmo sem realizar uma discussão específica e aprofundada sobre o tema, de maneira que a exaltação do militante do PSTU foi, de certa forma, “compreendida”, mesmo que condenada pela sua extrapolação. Ou seja, mesmo reconhecendo nos companheiros do Comitê importantes aliados nas lutas frentistas, e isso já há alguns anos, acreditamos que a não condenação clara e veemente da tentativa de agressão sofrida por nós tem um fundamento político. Não temos nenhuma dúvida de que se o descontrolado representante do PSTU tivesse avançado sobre um militante da ADUFCG, por exemplo, do NOS, ou do SINTEFPB, a reação coletiva seria outra. Continuamos no Comitê defendendo que uma frente se constitui em torno de lutas concretas, a despeito das divergências, e que a garantia de funcionamento democrático é a liberdade de crítica. O fato de discordarmos da concepção de que, se não tiver música, os atos fracassam – chegou-se até a dizer que sem festa não há revolução – e de criticarmos o Comitê por não fazer a devida crítica à burocracia sindical, não nos qualifica como sectários, pois temos participado das atividades, em sua preparação e execução, sempre defendendo a política do proletariado.

Mantemos nossa participação no comitê como instrumento de frente única, não como organismo para conchavos e centralização burocrática, mas desenvolvendo a democracia operária, que pressupõe a total liberdade de crítica, livre defesa e discussão de propostas e decisões das ações do comitê – e não das correntes - por maioria.

Como sabotaram a greve geral em SP

O dia 30 de junho deveria ser uma continuidade e desenvolvimento da greve geral de 28 de abril. A reforma trabalhista está para ser referendada pelo Senado, destruindo de vez a CLT e impondo a livre superexploração do trabalho. O governo golpista de Temer se encontra na sua maior crise política por conta do processo por corrupção aberto contra ele no STF, com a ameaça iminente de desintegração de sua base parlamentar. As condições de vida e emprego das massas só têm piorado. Os ataques contra os movimentos de camponeses pobres exigem resposta coletiva de massa.

Uma série de manobras e atitudes das direções das centrais e dos sindicatos, no entanto, foram reduzindo as chances da greve geral do dia 30 de junho ser maior e mais forte.

Poucos dias antes da greve, a UGT se reuniu com o governo e discutiu “mudanças” nas reforma trabalhista e um abrandamento da reforma da previdência. Sob a batuta de Meirelles, o governo se mantém intransigente nos pontos essenciais das duas reformas, de forma a garantir ao menos 160 bilhões de reais da previdência para o pagamento da dívida pública e a total flexibilização capitalista do trabalho pelos patrões, de modo a permitir aprofundar como nunca antes a superexploração do trabalho.

A Força Sindical se juntou à UGT e chegou-se a anunciar uma reunião conjunta das centrais com o governo na semana depois do 30/6. Uma semana antes da data, elas compareceram a uma reunião geral das centrais e desmentiram tudo, reafirmando a greve geral dia 30. No entanto, a Força Sindical passou a estampar em seus materiais não a greve geral, mas

Atos da greve

São Paulo

Lapa

Atuação dos poristas na Av. Santa Marina

O sindicato dos vidreiros, PT e PCdoB, convocou as forças políticas que atuam na região para uma concentração em frente às fábricas de vidros da Av. Santa Marina. O objetivo era fazer uma agitação contra as reformas trabalhista e da previdência, mas não impedir a entrada dos operários. Alguns diretores diziam que fariam uma assembleia para que os operários decidissem se adeririam ou não à greve. Mas nada disso aconteceu. Os patrões abriram os portões muito antes do horário e orientaram os trabalhadores a chegarem bem cedo. E o sindicato nem fez agitação, muito menos a assem-



uma paralisação geral dia 30 e por “mudanças” nas reformas trabalhista e da previdência. Arava assim o terreno para a debandada da greve.

Em São Paulo, as assembleias discutiam a organização de panfletagens, do calendário e dos eixos das manifestações do dia 30. Em algumas delas, travou-se o debate da divergência entre defender a luta pela derrubada das reformas ou o Fora Temer, Diretas Já. Na assembleia estudantil da USP, por exemplo, aprovou-se por dois votos de vantagem o eixo eleitoral, sem sequer menção às reformas de Temer.

As assembleias de motoristas e cobradores de ônibus, e ferroviários (os três sindicatos), votaram não entrar em greve. Estas categorias afetam diretamente as indústrias, mas também comércio e serviços.

A assembleia metroviária teria um papel chave na greve, por afetar o comércio e serviços de forma decisiva. Houve uma divisão na diretoria, a parte vinculada ao PT e ao PCdoB se colocou contra a paralisação.

O sindicato dos metalúrgicos do ABC se colocou contra a greve geral e se limitou a fazer a manifestação no centro de São Bernardo. O bloqueio da Anchieta foi realizado pelo Comitê contra as reformas, a despeito da CUT e do sindicato metalúrgico. O sindicato dos professores estaduais defendeu a greve, mas os professores e estudantes já estão em férias. O sindicato bancário aprovou greve. Mas não organizou os instrumentos para efetivá-la nas agências de bancos privados que exercem repressão aos funcionários.

Esse quadro geral, cristalizado na véspera da greve geral,

bleia. Primeiro, alegou que o carro de som não chegou às 4:30 hs, como havia sido aprovado. Depois, que não conseguiriam aglutinar os operários para uma assembleia. O fato é que até às 7 horas, nada foi feito.

Havia um número significativo de militantes, mas submetido às decisões do sindicato dos vidreiros. O POR, diante do desmonte da ação, decidiu fazer uma agitação no portão de entrada de uma das fábricas, usando o boletim Nossa Classe. O PSTU, fez o mesmo em outro portão. Por volta das 7 horas, a militância e os diretores do sindicato deixaram o local. E marcaram a participação no ato das 11 horas em frente à Superintendência Regional do Trabalho e às 16 horas na Avenida Paulista.

Contrariamente à política da direção do sindicato, os operários se mostraram receptivos à agitação e ao Boletim Nossa Classe. O descontentamento em relação às reformas e ao governo Temer ainda é grande na classe operária. Não faltaram vozes contra o governo golpista, acusado de corrupto. Outros pegavam o Boletim e perguntavam porque “não tiram esse corrupto”, referindo-se a Temer. Como se vê, a disposição de luta do proletariado existia, o que existiu foi a vontade política da burocracia sindical de organizar uma verdadeira greve geral.

Concentração das Centrais na Superintendência Regional do Trabalho

A Força Sindical, UGT e aliados, que se colocaram contra a greve, convocaram uma manifestação no centro de São

Paulo. Além dessas centrais, estavam presentes a CTB, Nova Central, CGTB e Conlutas. A CUT e a Intersindical não compareceram. Trata-se de um ato de direções sindicais, sem participação de suas bases. Tudo indicou que havia uma disputa entre a Força Sindical e a UGT, que se manifestou no uso do carro de som e no comando do ato. Essas duas centrais, cada uma com seu carro de som, concordaram em fazer as falas intercaladas. Mas a UGT quando tomou a palavra não a passou para o carro da Força Sindical. Como começou a chamar somente os sindicatos que são da UGT, a Força Sindical e a Conlutas tiveram de ir ao carro da UGT. Assim, sob seu comando, foi chamando os oradores. Porém, todos estavam com a bandeira do “Fora Temer”.

Com discursos radicalizados contra as reformas de Temer e contra a corrupção, os burocratas posaram de lutadores, que amanhecaram nas portas das fábricas e que realizaram atos em vários bairros da capital. O velho pelego e safado Medeiros apontou para os jovens que carregavam as bandeiras das centrais para dizer que vão morrer e não vão se aposentar. Que é preciso “ocupar” Brasília, muito mais do que ocorreu em 24 de maio. Inflamado disse “vale tudo” na luta contra a reforma da previdência. E concluiu se auto elogiando como “piqueteiro das barricadas”. O dirigente da Força Sindical, Juruna, que um dia antes deu entrevista dizendo que a reforma trabalhista não mobiliza, exaltou que o dia 30 de junho já entrou para a história do país, com essa jornada de manifestações. Enfatizou que nas bases os sindicatos estão combatendo as reformas e que no Congresso Nacional o parlamentar Paulinho não “tem medido esforços”. Escondendo, assim, as emendas que Paulinho da Força apresentou nas negociações com o governo Temer e o papel traidor das direções sindicais perante a classe operária. O representante da CTB/PCdoB iniciou com a cantoria do “Fora Temer e diretas já”. Esboçou uma tímida reclamação de que não “podemos apresentar emendas às reformas”. Em seguida, completou que é preciso uma nova greve geral. O discurso da UGT deu o tom final da manifestação com a palavra de ordem: “um, dois, três, quatro, cinco mil, ou param as reformas, ou paramos o Brasil”. E que é preciso “vigiar os deputados” para que não votem em favor das reformas. Pela Conlutas, falaram o Mancha e o Atenágoras, que se colocaram contra negociar emendas às reformas e que é preciso organizar a greve geral, porque os trabalhadores mostraram grande disposição de luta.

Como vemos, tratou-se de uma concentração da maioria das centrais que suspendeu a greve geral e se colocou pelas negociações com Temer. Cabe exceção a Conlutas e CTB. Resta destacar que a faixa central do carro de som era: “Por mudanças nas reformas trabalhista e da previdência”. O que mostra o seu caráter de pressão para que Temer amplie as negociações com as centrais.

A militância do POR esteve presente com o Manifesto, criticando a traição das burocracias sindicais em suspender a greve geral e apontando o caminho para derrubar as reformas antinacional e antipopular, que é a da greve geral por tempo indeterminado.

Ato na Paulista

Sob o comando das frentes “Povo sem Medo e Brasil Popular”

Essa manifestação foi convocada pelo PT, PCdoB e parte do PSOL, que integram as frentes “Povo sem Medo e Brasil Popular”. Estavam presentes seus braços sindicais, CUT, CTB, UNE e movimentos populares. O ato não conseguiu reunir os 100 mil almeçados, mas foi a maior manifestação do dia 30 de junho em São Paulo. Havia o chamado geral de pedir o fim da tramitação das reformas trabalhista e da previdência.

Os discursos foram no sentido de mostrar o êxito das manifestações em São Paulo e na maioria dos estados. Coube ao dirigente da CUT, Vagner Freitas, dizer que os parlamentares “estão receosos de apoiar as reformas do governo golpista de Michel Temer, em decorrência da presença constante de manifestantes nas ruas”. Disse que “estão morrendo de medo de vocês”. E completou que é preciso aumentar a “pressão sobre os senadores”. O dirigente do MTST, Guilherme Boulos, falou das grandes manifestações que ocorreram nos estados e que é preciso não “dar descanso aos golpistas”. No carro de som, falaram os parlamentares do PT, sindicalistas e outros movimentos populares. A Intersindical seguiu a mesma linha. A fala deslocada foi a do PCO, que foi centrada na denúncia contra o golpe e na exigência do “volta Dilma”.

O POR esteve presente com suas bandeiras e com o manifesto, que publicamos neste Jornal.

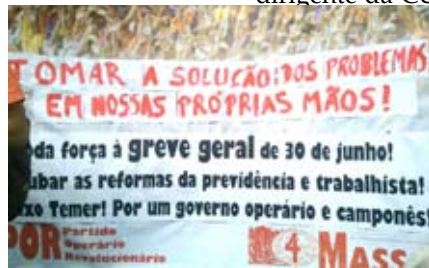
PSTU-Conlutas convocou para a Paulista, mas em outro ponto

A poucos metros do ato das frentes “Povo sem Medo” e “Brasil Popular”, ocorreu a concentração dos morenistas e aliados. Resolveram fazer uma concentração separada com o argumento de que o ato do MASP era do PT.

Ocorre que está colocada a luta pela independência do movimento, pelas reivindicações e pela frente única nacional de combate às reformas. Não serão com atos à parte que enfrentaremos a traição da burocracia e do PT, quando se trata de lutar pelo método da ação direta e, em especial, da greve geral. É preciso denunciar e combater o divisionismo da burocracia. Não se justifica não intervir na manifestação convocada pela CUT, CTB PT, PCdoB, PSOL, etc. e intervir na concentração das burocracias direitistas, Força Sindical, UGT, etc. A situação obriga a vanguarda revolucionária a intervir em todas as partes que implique mobilização em função das reformas antinacional e antipopular.

O POR participou da greve geral nos locais de trabalho e estudo e nas fábricas onde atua. Defendeu as bandeiras que correspondem à luta pela derrubada das reformas, abaixo Temer e defesa da estratégia do governo operário e camponês, com seu manifesto, bandeiras e faixa. E se contrapôs aos desvios eleitoreiros.

É preciso impulsionar a frente única sindical de luta, pois somente a luta nacional das massas por suas reivindicações e com seus próprios métodos de luta e organização serão capazes de derrotar o governo e a burguesia em seu maior ataque.



Manifesto em defesa da vida explorados - 29 de junho de 2017

Toda força à greve geral de 30 de junho!

Abaixo as reformas da previdência e trabalhista!

Abaixo as reformas antinacional e antipopular!

Lutemos pelo emprego a todos com um salário suficiente para sustentar a família trabalhadora!

Lutemos contra o entreguismo privatizante que nos esmaga ainda mais!

Não pagamento da dívida pública! Nem mais um centavo de juros aos capitalistas parasitas, que estrangulam a saúde, educação, previdência, etc.!

Ponhamos em pé um Tribunal Popular para julgar os crimes da burguesia, seus políticos, partidos e governos (corrupção, violência contra as massas, etc.)!

Tomemos a resolução dos problemas em nossas próprias mãos!

Abaixo Temer! Por um Governo Operário e Camponês!

As reformas da previdência e trabalhista continuam a ser tocadas no Congresso Nacional. A Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou a reforma trabalhista por 14 votos a 9. Ela segue agora para o plenário. Se for votada e aprovada, acabará com os direitos conquistados durante décadas pelos trabalhadores, rasgará a CLT e instituirá a livre exploração do trabalho pelos capitalistas. Eles poderão manejar a jornada de trabalho e os salários de acordo com suas necessidades de mercado. Não precisarão pagar vários direitos. Instituirão o trabalho precário como norma. Tudo isso aumentará o flagelo do desemprego e a miséria das massas.

A burguesia está unida ao redor da reforma trabalhista que esmaga os assalariados. Mas buscará ainda aprovar a reforma da previdência, que praticamente extingue a aposentadoria por tempo de serviço e inviabiliza aquela por idade de forma a permitir desviar 280 bilhões de reais para o sustento do parasitismo financeiro da dívida pública.

Já foram aprovados a reforma do ensino médio, que destrói ainda mais a educação e expulsa estudantes trabalhadores da escola, o Teto de gastos por vinte anos, que estrangula a saúde e educação públicas, e a lei da Terceirização, que põe fim ao contrato coletivo de trabalho e estabelece a livre superexploração do trabalho precário.

O governo golpista de Temer foi montado para realizar essas reformas, que correspondem às necessidades da burguesia de assegurar a lucratividade do capital, mesmo mergulhado numa crise econômica mundial do capitalismo. As forças que sustentam Temer são aquelas que derrubaram Dilma por conta de seu governo mostrar não ser capaz de levar adiante essas medidas antinacionais e antipopulares. Hoje, procuram separar o governo golpista e comprovadamente corrupto dessas reformas que descarregam o peso da crise capitalista sobre os oprimidos. Afirmam que, com Temer ou sem Temer, pretendem levá-las adiante.

Estão aí as razões para que os explorados e demais oprimidos se levantem de forma independente em luta contra as reformas e o governo que as implanta. O avanço da crise política vai desintegrando as forças do governo golpista. Setores que ajudaram a derrubar Dilma e colocar Temer no poder começam a debandar. A polícia federal e o poder judiciário atacam o governo golpista com as denúncias e pedido de abertura de processo criminal. Esses movimentos são parte da disputa entre os bandos da burguesia que governam o país e manejam suas instituições. Não

cabe aos explorados se colocarem de um lado ou de outro dessa disputa, que é entre seus algozes exploradores.

A greve geral de 28/4 mostrou que a imensa maioria assumiu as bandeiras de luta contra as reformas da previdência e trabalhista. Esse movimento só não teve continuidade por conta da ação das centrais sindicais e partidos que dirigem os movimentos sociais. Deram trégua ao governo golpista, que teve tempo para se apumar e avançar seus ataques enquanto os dirigentes suplicavam por uma negociação com o governo. O homem que dirige as reformas, o ministro Henrique Meirelles, agente de confiança do capital financeiro internacional, fechou questão e se mostrou irredutível. Para ele, é preciso criar as condições para sustentar o parasitismo financeiro e aumentar a taxa de exploração do trabalho. As propostas das centrais de amenização dos ataques não foram nem serão aceitas.

A retomada da greve geral acontece em meio ao aprofundamento da crise política e enfraquecimento do governo golpista. A partir disso, ressuscitaram a bandeira de “diretas já” e constituinte para fazer uma reforma política. Algumas direções afirmam sem constrangimento que a greve geral deve servir à campanha das diretas já e que só com um novo governo será possível barrar as reformas de Temer. Esse é o caminho de desvio da luta direta para a via das eleições e da pressão parlamentar. Chama as massas a deixarem de lado a luta pelas reivindicações mais sentidas para abraçar a defesa da eleição de um novo governo burguês, ou de uma constituinte que só pode servir neste momento para recompor as forças da burguesia ao redor de seu Estado e reorganizar sua ofensiva contra a maioria explorada.

Trata-se de uma capitulação perante a burguesia, o Congresso Nacional e o governo golpista. Trata-se de traição às necessidades e interesses mais elementares dos explorados. Trata-se de uma colaboração disfarçada que enfraquece a luta da maioria oprimida contra a destruição de antigos direitos conquistado a suor e sangue pela classe operária. Devemos rejeitar esse caminho que é de derrota.

Chamamos as massas a empunharem bem alto a defesa de suas bandeiras mais sentidas neste momento, a defendê-las por meio de seus próprios métodos de luta, a se organizarem pela base por meio das assembleias, comandos e comitês de luta, e a se colocarem pela sua estratégia própria de poder, que é o governo operário e camponês, que só pode se construir a partir da revolução social e se assentar nos organismos criados pelas massas em sua luta diária.

Greve Geral do dia 30/06 no Litoral Norte de SP

O Comitê do Litoral Norte contra as Reformas convocou um ato unitário em frente ao Terminal Marítimos Almirante Barroso (TEBAR), da Transpetro. O ato foi muito menor do que o do dia 28 de abril. Apesar disto, os manifestantes se concentraram a partir das 6:30 e às 10 horas. Após as falas dos sindicatos, movimento e militantes, decidiram sair em passeata pelo centro do município, indo até o principal cruzamento da cidade, onde se encontram os bancos e o centro comercial. No caminho, a polícia fez muita pressão para que ocupássemos apenas uma faixa ou fôssemos para a calçada, mas houve grande disposição de luta dos participantes e o núcleo duro do Comitê resistiu bravamente.

O ato e a greve geral foram menores do que a passada fundamentalmente pela vacilação das Centrais Sindicais (Força, UGT, CUT e CTB) em confirmar a sua própria deliberação por uma greve geral. Isto fez com que os boletins e o trabalho de agitação atrasassem

Manifestações de 30 de junho em Rondônia

Apesar da imprensa anunciar que 35 entidades se envolveram na organização da greve geral no estado, dentre elas o Sindicato dos Bancários, Sindicato do Tribunal de Justiça, Sindicato dos Servidores Administrativos do Poder Executivo, Sindicato dos Servidores Públicos Federais, Sindicato dos Servidores da Educação, Central Única dos Trabalhadores, Frente Popular, Movimento dos Atingidos por Barragem, servidores da Eletrobrás e ala da igreja católica. Em Porto Velho, o movimento se concentrou na Praça das Três Caixas D'água e seguiram em passeata pelas principais ruas do centro da capital com diversas categorias: professores, bancários, estudantes, militantes do MAB, etc. A manifestação contou com um número menor em relação a greve geral de 28 de abril, pois os burocratas não fizeram um trabalho de mobilização junto as bases. No geral, compareceram aproximadamente mil manifestantes.

Como era de se esperar, as intervenções estiveram sob as bandeiras do "Fora Temer", "Nenhum Direito a Menos", "Eleições Diretas Já". A tática foi a da "pressão aos parlamentares".

Rolim de Moura

Com pauta de luta semelhante e sob orientação dos mesmos burocratas de Porto Velho, a manifestação de Rolim de Moura foi pequena e esteve sob as mesmas bandeiras do PT/CUT.

A importância do ato foi a de que participaram, pela primeira vez, operários da construção civil. Porém, a burocracia cutista e petista deram o tom aos discursos, voltados ao eleitoralismo e ao pacifismo parlamentar (pressão parlamentar). O caráter embrionário do POR na região é o principal obstáculo no combate à burocracia e sua política burguesa. A penetração das ideias revolucionária é fundamental, para

Paralisações, atos de rua e bloqueio de estradas no Ceará

A Greve Geral do dia 30/06, assim como a do dia 28 de abril, conseguiu envolver uma parcela significativa dos explorados no estado. A greve havia sido aprovada pelas centrais pouco depois do dia 24/05 em Brasília, mas logo sofreu a cisão da Força Sindical, UGT, CSB e NCST que correram atrás do governo após um aceno deste, para negociar migalhas. No Ceará, a Greve foi mantida, ao menos formalmente, pela CUT/CTB/Frente Brasil Popular - de um lado - e Conlutas, além da Intersindical/Frente Povo sem Medo, de outro. Dizemos formalmente porque CUT e CTB, em geral, não se empenharam em construir a greve nas suas bases sindicais. Deram uma enorme trégua aos inimigos de classe dos oprimidos e ainda atuaram para impulsionar a campanha pelas "diretas já", a ela subordinando a ação direta das massas.

muito. O Comitê errou ao subordinar os seus trabalhos às Centrais vacilantes e não pode mais cometer este erro. Além disto, houve a traição das direções sindicais dos portuários (Sindicato dos Estivadores; Sindicato dos Arrumadores; e dos Conferentes de Carga) que decidiram, em uma reunião de cúpula, sem chamar uma assembleia, pela substituição da greve por um atraso de duas horas no início dos turnos de trabalho, ferindo a democracia operária e o chamado das Federações Portuárias e das Centrais Sindicais. Cabe destacar ainda a ruptura do Diretório do PT de Caraguatatuba com o Comitê porque discordou das críticas feitas à CUT nas reuniões do movimento.

O Comitê, apesar deste recuo momentâneo, não deve entrar em refluxo. Deve superar a tendência de enfraquecimento e se manter organizado porque as reformas trabalhista e previdenciária continuam de pé. Ainda está colocada a tarefa das massas derrotarem nas ruas estes profundos ataques!

que a classe operária não seja arrastada pelo discurso das burocracias traidoras.

Ji-Paraná

Em Ji-Paraná, o protesto teve início em frente à sede do Sindicato dos Servidores Públicos Federais (Sindsef). Estiveram presentes representantes da CUT e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia (Fetagro). Cerca de 300 trabalhadores participaram da mobilização, que percorreu cerca de 2 quilômetros no Bairro Nova Brasília.

Vilhena

Em Vilhena, cerca de 300 trabalhadores se concentram em frente ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Contou com o Sindicato dos Servidores da Educação (Sintero), com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Vilhena e Chupinguaia e com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia (Fetagro).

Conclusão

As manifestações no estado foram menores que as da greve de 28 de abril. Isso por responsabilidade das direções sindicais e populares. O fundamental é que há disposição de luta dos trabalhadores e da juventude oprimida. É nossa tarefa lutar pela constituição dos comitês de luta nos bairros e nos municípios, objetivando potencializar uma verdadeira greve geral contra as reformas trabalhista e previdenciária e em defesa das reivindicações das massas exploradas, entre elas o emprego e os salários.

No interior, foi escassa a adesão dos camponeses sem-terra à greve. O MST também não enviou nenhuma caravana ao ato em Fortaleza. O proletariado teve adesão menor que da última vez, em abril. Porém, a participação da construção civil foi mais expressiva; assim como a dos trabalhadores rodoviários. A pequena burguesia (funcionalismo, professores, servidores federais, docentes, estudantes, universitários, etc.) teve maior peso na composição do ato.

Manifestações pelo estado

Em Sobral, houve ato na Praça de Cuba. No Crato, houve ato na praça São Vicente. De Barbalha (no Cariri) saiu uma passeata que seguiu até Juazeiro do Norte onde houve grande ato unificado. Em Nova Jaguaribá

ra/Alto Santo houve bloqueio da BR 116 com pneus que foram incendiados. Em Fortaleza, os rodoviários pararam os ônibus no centro e Benfica; agências da Caixa, BB e Bradesco fecharam. O comércio não abriu as portas durante a manhã. Funcionários do Detran aderiram à greve e realizaram um representativo ato no seu centro administrativo. A partir da 10h houve um massivo ato no Centro, que seguiu da Praça da Bandeira até a Praça do Ferreira. Chamou atenção a forte vigilância policial com a presença de viaturas do Choque, COTAM e helicópteros. Um ativista foi preso ao participar de um piquete pela paralisação dos ônibus.

Nossas próximas tarefas

A adesão à greve mostra que se mantém a disposição de luta con-

Paraíba

Principais centrais não se empenham em construir a greve geral e ato não consegue paralisar a cidade

Em Campina Grande a Greve Geral foi organizada, articulada e mobilizada pelo Comitê Municipal Contra a Reforma da Previdência e Trabalhista, do qual o POR faz parte. Apesar dos esforços para a construção do dia 30, o movimento sofreu um boicote das principais centrais, que racharam o comitê e criaram o Fórum da Borborema Fórum Borborema em Defesa dos Direitos e da Democracia, com encontros paralelos ao do comitê. Não obstante, a deliberação de um piquete na garagem de uma das empresas de transporte público da cidade foi cumprida, impedindo a circulação dos ônibus por algumas horas, tendo em vista uma intervenção da Polícia Militar que encurralou os poucos militantes que resistiam na garagem, negociando um horário para abertura dos portões. O ato seguiu para o centro da cidade, onde foi comprovada sua desmobilização, que, mesmo tendo todas as condições para se consolidar, foi diluído por um ato festivo, sem paralisação do comércio, com apresentação de um trio de forró contratado pelas centrais sindicais que compõe o Fó-

A greve geral em Pernambuco

A preparação deste dia de greve geral teve muito mais vacilações que a do anterior. A indefinição nacional das centrais, fruto da busca de negociatas e por canalizar para o eleitoralismo, também pesou no estado. Bem menor do que a manifestação do dia 28, com número estimado de 200 mil pessoas, esta teve cerca de 30 mil segundo as centrais. A explicação do presidente da CUT é fajuta: “Tivemos 100 anos para preparar uma greve geral que aconteceu no dia 28 de abril, agora foram apenas 60 dias”. Nestes 60 dias, não foram montados comitês de luta e as categorias foram desencorajadas a darem continuidade ao espírito combativo que esteve presente em abril.

Os sindicatos do transporte coletivo estão em campanha salarial, seria um ótimo motivo para unir as reivindicações de defesa das condições de vida agora com a luta pela preservação dos empregos, direitos e salários no futuro. Porém, as direções fizeram de tudo para segmentar. No caso dos metroviários (CUT), na assembleia de 21 de junho, a proposta de já sinalizar a paralisação foi recusada com argumentos jurídicos de que poderia prejudicar no dissídio. Parte da base chegou a argumentar que seria importante para encorajar outras categorias, mas a proposta nem foi à votação. Neste dia, estivemos presentes como partido, panfletamos um Manifesto de apoio aos metroviários e fizemos uma fala ressaltando que a luta é uma só. Na semana seguinte, no dia 27, também presenciamos a assembleia que aprovou a paralisação no dia 30 por unanimidade.

Quanto aos rodoviários (Força Sindical), o resultado foi diferente. Jogaram a assembleia para 29 de junho. E, em nome da campanha salarial anunciaram uma greve geral para começar na segunda (!), dia 03 de julho, dizendo que não era possível por questões jurídicas parar no dia 30. A oposição (CSP-Conlutas) organizou um protesto no dia

tra as reformas malditas do governo. Esta, porém, ainda não tem se mostrado suficiente para impor a derrota do plano Temer/Meirelles. A política de colaboração de classe da CUT/CTB/Frente Brasil Popular, que não deseja um enfretamento firme contra as reformas, tem feito um bloqueio à mobilização. A tarefa dos trabalhadores conscientes é a de atrair os operários, juventude pobre, população oprimida dos bairros a lutar com energia e a se engajar nas lutas. Daí resulta a necessidade de fortalecer o “Comitê de Luta contra Temer e suas reformas” e impulsionar a formação de comitês onde estes forem possíveis. A lição desta 2ª greve geral é a de que ou se avança na superação da crise de direção ou os explorados pagarão um alto preço com o avanço da crise e da barbárie.

rum, dificultando, por exemplo, o método da ação direta, uma vez que os manifestantes se dispersaram com cirandas e festejos, deslegitimando e desmoralizando não só um dia que deveria ser de luta histórica, mas também os militantes que estavam ali para realizar uma grande luta contra a retirada dos direitos dos trabalhadores.

Com muita resistência, uma pequena quantidade de militantes, depois de avaliarem o ato como fracassado, resolveu seguir para a fábrica de calçados Alpargatas, com a deliberação de fazer falas e dialogar com os operários. No local avaliamos como possível o bloqueio da BR com queima de pneus, por onde circulam os ônibus que transportam os trabalhadores da fábrica. A deliberação foi aceita pelos demais e o bloqueio aconteceu, impedindo, por alguns instantes o trânsito, embora não tenha atingido os trabalhadores do turno pela negligência no planejamento da intervenção em um local onde a greve do dia 28 de abril teve uma grande aceitação dos operários.

30 que paralisou o centro. Alguns ônibus pararam em pontes e avenidas, levando à formação de uma grande fila indiana de veículos.

Bloqueios e paralisações

Desde a madrugada, foram cerca de 15 pontos de bloqueio nas rodovias federais e estaduais. Barricadas com pneus em chamas ou amontoados de barro foram organizados pelo MTST, MST, Federação de trabalhadores rurais, dentre outros. Em Recife, houve um bloqueio feito por mulheres na Avenida Cruz Cabugá. Várias categorias do funcionalismo aprovaram a adesão à greve geral. Desta vez, porém, estiveram ausentes os sindicatos operários. Seja nas paralisações, seja com uma presença nas ruas para além das diretorias.

Arraial da Greve Geral

O ato de rua foi definido pelas centrais como um “Arraial”. Ou seja, um caráter festivo que nada tem a ver com a necessidade de mostrar força ao governo. Na concentração no Derby, forró e arrasta pé conviveram com as falas no carro de som. Depois seguimos em marcha pela Avenida Conde da Boa Vista, no Centro da Cidade. Na abertura da marcha, próximos ao bloco da UJC, anarquistas e MTST, foi possível entoar palavras de ordem classistas, em torno das reivindicações e dos métodos da ação direta. Destoando da ênfase no carro de som dos sindicatos cutistas nas bandeiras de diretas já. A fala do PSTU se colocou à esquerda, rechaçando a via eleitoral e colocando a necessidade de uma revolução social. Permanece o desafio da organização frentista para organizar e impulsionar as massas. Para transformar a indignação do as reformas antinacionais e antipopulares em organização consciente.

Greve Geral em Natal

Aderiram à greve funcionários públicos e professores da educação básica e ensino superior, administração direta, polícia civil, dentre outros. Os bancários, com a realização de piquetes, conseguiram fechar quase que a totalidade das agências. A saúde iniciou sua greve por tempo indeterminado por reajuste e contra o aumento da alíquota previdenciária de 11% para 14%.

O SINTRO (sindicato dos transportes rodoviários) paralisou totalmente os ônibus nas primeiras horas do dia, e depois manteve uma frota bastante reduzida, apesar da determinação do Tribunal Regional do Trabalho de que funcionasse 70% da frota o dia todo. Em reação, o sindicato dos patrões (SETURN) já está pensando em entrar com uma ação para punir o sindicato com multa e os trabalhadores que paralisaram com o corte de salário. É dever das centrais,

Paraná - Curitiba

Ajuste fiscal de Greca foi imposto às custas de brutal repressão

O prefeito de Curitiba, Rafael Greca, impôs à Câmara Municipal a aprovação de um conjunto de medidas intitulado "Plano de Recuperação da Prefeitura de Curitiba". Trata-se da aplicação do ajuste fiscal, diretriz do governo Temer, que ficou conhecida como PEC do teto. Os servidores municipais reagiram por meio da greve e manifestações. Por sua vez, o prefeito usou o aparato repressivo para que o Plano fosse aprovado a ferro e fogo.

Um fato inédito

Pela primeira vez, os vereadores foram deslocados do prédio da Câmara Municipal e levados para um local distante do centro da cidade, o Teatro Ópera de Arame. Mesmo assim, os manifestantes compareceram ao local, cercado por todos os lados por um batalhão de policiais. Os servidores aguerridos não se intimidaram e enfrentaram como puderam a força militar. A sessão em poucos minutos bateu o martelo em favor do tal Plano de Recuperação, enquanto os policiais reprimiam violentamente o protesto nas imediações. Essa obra de arte que era o cartão postal para a cidade de Curitiba foi manchada pela violência policial e serviu de local para o prefeito descarregar a crise econômica sobre os servidores e os explorados em geral.

Dura repressão

A tentativa de aprovação do Plano na Câmara Municipal foi suspensa em função da luta dos servidores que enfrentaram bravamente o aparato militar. A investida da polícia contra os manifestantes resultou em dezenas de feridos. A transferência da sessão para o Ópera de Arame foi uma manobra do prefeito para dificultar o acesso dos servidores e conter sua fúria.

Os dirigentes sindicais contabilizaram 10 servidores que foram levados ao hospital, 3 em estado mais grave, 3 prisões, dezenas atingidos por golpes de cassetetes e intoxicação com gás lacrimogênio e 9 jornalistas feridos.

Essência do Plano de Greca

Entre as medidas de ajuste estão: 1) mudança na previdência municipal. Cria um aumento da contribuição dos servidores. De 11% para 14%, a ser implantado gradativamente de 2018 a 2023; 2) autoriza o saque de R\$ 700 milhões do fundo de Previdência dos servidores, valor equivalente a 30% do valor total; 3) cria o CuritibaPrev para os novos servidores e determina o teto do INSS para os servidores atuais, obrigando uma parcela a contribuir também com o CuritibaPrev; 4) modifica a data-base dos servidores, de março para o final de outubro. Pelos cálculos, os servidores estão com perdas salariais de 20% a 30%, em média; 5) elimina direitos do Plano de Carreira. Para isso, "suspende" o Plano de Carreira com o argumento de que é preciso um plano ajustado à Lei de Responsabilidade Fiscal. Acaba com o direito do servidor à li-

sindicatos e organizações se solidarizarem com o SINTRO diante dessa investida da patronal sobre um sindicato que é estratégico para paralisar a cidade.

Durante a manhã, houveram bloqueios nas duas pontes que ligam o centro de Natal à Zona Norte, e um no cruzamento da Av. Bernardo Vieira com a Av. 9. Além disso, nas BRs 101, 304 e 406 também houve bloqueios impulsionados pelo MST.

Às 15h, com muita chuva, aconteceu uma manifestação com cerca de 800 pessoas, com concentração no Midway, seguindo em direção à Praça da Árvore, onde seria realizado um "Arraiá da Greve Geral". Não muito diferente das outras, o que predominou na manifestação foi o "Fora Temer" e "eleições diretas já", combinado com a rejeição às reformas trabalhistas e da previdência, e a terceirização.

cença prêmio; 6) determina o desconto no auxílio-refeição. A cada falta, dois dias de desconto no auxílio-alimentação; 7) cria regras rígidas para o uso do auxílio-transporte, como a de ser usado apenas em coletivos; 8) impõe a Lei de Responsabilidade Fiscal do Município, o que inviabiliza a reposição salarial, concursos públicos e o cumprimento de conquistas do Plano de Carreira; 9) autoriza o leilão de bens para cobrir dívidas. Portanto, um Plano que retira direitos, arrocha salários, aumenta os descontos da previdência, privatiza serviços e bens municipais.

Suspensão da greve

Em assembleia realizada logo após a aprovação do Plano de Greca, 26 de junho, os servidores decidiram pela manutenção da greve e nova manifestação na Prefeitura. Ao invés de se concentrarem no Ópera de Arame, onde ainda se votava o Plano de Greca, os servidores fizeram um protesto no centro e uma passeata até a sede da prefeitura, que havia sido ocupada por alguns manifestantes. Imediatamente, houve uma ordem judicial de reintegração de posse e uma gigantesca multa ao sindicato. Os manifestantes saíram e a direção do sindicato, em assembleia, defendeu a suspensão da greve, que havia se iniciado em 19 de junho, quando da divulgação do Plano de Greca.

Por fim, a direção do sindicato (SISMUC) defendeu a participação na mobilização do dia 30 de junho. Com a greve suspensa, as condições para a retomada do movimento se tornaram mais difíceis.

Conclusão

A derrota não se deveu à falta de disposição de luta e de radicalização do método da ação direta. A força policial e o isolamento dos servidores municipais pesaram decisivamente no resultado. Os governos e a burguesia contam com esses dois fatores. A repressão policial e política é própria do Estado. O isolamento da greve é distinto. Advém da ausência da organização unitária dos explorados.

O sindicalismo corporativista contribui fortemente para a fragmentação dos movimentos. Há pouco tempo, o funcionalismo estadual do Paraná teve o mesmo embate contra o governador Beto Richa. Nota-se que a separação entre trabalhadores municipais, estaduais e federais não é natural. É uma criação da burocracia sindical. O mesmo pode-se dizer do distanciamento entre o funcionalismo e a classe operária. A experiência mostra a necessidade de constituir organismos de base unitários, a começar pelos trabalhadores das três esferas do Estado.

A luta dos servidores municipais de Curitiba mostra precisamente a tarefa de superar o sindicalismo corporativista e acabar com as ilusões de que a Câmara de Vereadores, Assembleia Legislativa e o Congresso Nacional podem atender as reivindicações dos explorados. É preciso romper com os laços que subordinam o movimento sindical ao parlamentarismo burguês.

Rio Grande do Norte / Redução da jornada de trabalho sem redução de salário: a luta é em unidade com a classe operária pela “escala móvel das horas de trabalho”

A redução da jornada de trabalho para 30h, sem redução de salário, tem sido uma pauta vigente na nossa categoria. Porém, o que observamos é que quase nenhum setor conseguiu obter e, para aqueles poucos que possuem, ainda existe possibilidade de perderem. É importante realizar um balanço desta luta para que possamos definir o que fazer para alcançarmos de fato a redução da jornada sem redução de salário, uma bandeira histórica levantada não só pelos técnico-administrativos, mas pela classe operária e demais assalariados.

Decreto 4.836/2003

Em 2003, o governo federal instituiu o decreto 4.836, que facultou ao dirigente máximo autorizar a jornada de 30h, desde que o setor funcione em regime de turnos contínuos de 12h. A partir desse decreto, a FASUBRA adotou uma linha equivocada de condicionar a luta pela redução da jornada a uma determinada forma de funcionamento das universidades, de modo que se viu compelida a ter de travar uma disputa institucional no sentido de tentar convencer as reitorias das vantagens administrativas em se instituir os turnos contínuos para, só a partir disto, obter a concessão da redução da jornada para 30h, que ainda é facultada à reitoria autorizar ou não. Dessa forma, a FASUBRA restringiu a luta pela redução da jornada ao limitado decreto 4.836/2003.

Resolução 010/2016-CONSAD

Na UFRN, em março de 2016, foi instituída a resolução 010/2016-CONSAD, que regulamenta, dentre outras coisas, o que o decreto 4.836/2003 estabelece no que tange ao regime de turnos contínuos e a jornada de 30h. A dita resolução foi comemorada como uma vitória pela direção do SINTEST, sob a ideia de que, começando por alguns setores, a jornada de 30h iria gradualmente se expandir para os demais setores até atingir toda a universidade. Hoje vemos que a nossa realidade está muito distante disso.

A resolução 010/2016-CONSAD estabelece que, para obter as 30h, cada unidade ou setor deve entrar com um processo em que justifique a implementação dos turnos contínuos a partir da adequação às exigências estabelecidas pela mesma. Assim, essa via fragmentou a luta pela obtenção das 30h e a institucionalizou, de modo que o controle de toda a situação ficou nas mãos da reitoria. A reitoria, como correia de transmissão da política burguesa na universidade, é contrária à redução da jornada sem redução de salário, pois, para se adequar à política do governo federal de corte de gastos na educação, precisa sobrecarregar ao máximo os técnico-administrativos, de modo a não ter que aumentar o gasto com novos servidores. Nas mãos da reitoria, os processos dos setores e unidades simplesmente são engavetados. Dessa forma, a luta pelas 30h na UFRN foi totalmente desmantelada pela reitoria com a colaboração da direção do SINTEST, a anterior (PSTU) e a atual (PSOL).

Além disso, a resolução 010/2016 impõe, para a obtenção das 30h, uma série de contrapartidas, como: a possibilidade das 30h serem suspensas “sempre que se fizer necessário”, sem recebimento de hora extra; não gera direito adquirido, podendo ser revogada a qualquer momento pelo CONSAD; a manutenção das 30h estará sujeita à avaliação periódica por uma comissão nomeada pela direção da unidade; “preservação da qualidade do atendimento com os mesmos recursos humanos atualmente disponíveis” (não reposição de servidores e sobrecarga dos que permanecem); já abria precedente

para o ponto eletrônico, pois determinava a “Integração entre SIGRH e folha de pagamento”. Tudo isso nos leva a concluir que a via para conquistar a redução da jornada por meio da resolução 010/2016 é uma armadilha, pois contém várias contrapartidas, além de que serve para institucionalizar, fragmentar e desmantelar a luta.

Ponto eletrônico

Mesmo sem conseguir a redução da jornada via resolução 010/2016, muitos técnico-administrativos realizavam a jornada de 30h a partir de acordos informais com suas chefias. Porém, a instituição do ponto eletrônico inviabilizou essa alternativa, uma vez que enrijeceu a jornada, obrigando o servidor a dar as 8h sob pena de desconto na remuneração. Assim, a reitoria conseguiu, por meio do ponto eletrônico, pôr fim às 30h realizadas informalmente. A instituição do ponto eletrônico na UFRN coincidiu com uma enorme quantidade de aposentadorias. No mesmo período, quando os servidores estavam revoltados com o ponto, a direção do SINTEST comemorou como vitória o fato de um particular setor dentro da Faculdade de Odontologia ter obtido as 30h pela resolução 010/2016. Na verdade, é bastante conveniente para reitoria retirar as 30h de uma grande parcela de servidores com um só golpe e, ao mesmo tempo, conceder a um ou outro setor específico a redução da jornada, de modo a tentar arrefecer os ânimos dos servidores com a expectativa de que também poderão conseguir.

Unidade com a classe operária e demais explorados

A redução da jornada sem redução de salário é uma pauta histórica da classe operária. É banhada com o sangue dos mártires de Chicago, em um movimento que reivindicava a jornada de 8 horas. A partir de então, a jornada de 8 horas passou a ser uma bandeira levantada internacionalmente. Na greve geral de 1917, no Brasil, onde os operários chegavam a trabalhar até 16 horas por dia, a bandeira das 8h foi levantada. Hoje, há na CLT a instituição das 8h, mas sabemos que as chamadas horas-extras e banco de horas fazem com que essa jornada seja ultrapassada. A reforma trabalhista inclusive ameaça retroceder 100 anos, com possibilidade de jornada de até 12h.

É fato que tudo o que ocorre no setor privado repercute no serviço público. É graças a essa luta histórica da classe operária, puxando os demais setores explorados, que hoje nós técnico-administrativos temos as 8h. Apesar dos avanços tecnológicos, do aumento da produtividade, a burguesia tenta a todo momento aumentar a exploração sobre os assalariados, e isso não é diferente no setor público, ao mesmo tempo em que mantém uma massa cada vez maior de desempregados.

A luta pela redução da jornada não poder estar condicionada a que o setor funcione ou não por turnos contínuos, mas sim deve vir como uma resposta à exploração capitalista e ao desemprego. A permanente e efetiva redução da jornada sem redução de salário só poderá ser conquistada em unidade com a classe operária e demais explorados (inclusive os desempregados), chocando-se contra a burguesia e seu Estado. Essa unidade deve se dar em torno da luta pela divisão das horas de trabalho entre todos os aptos, por meio da bandeira da Escala Móvel das Horas de Trabalho, que trará, como consequência, o fim do desemprego (emprego a todos) e a redução da jornada sem redução de salário. Essa deve ser a nossa bandeira e a nossa luta!

Londrina / Para defender a Autonomia é necessário constituir a ASSEMBLEIA GERAL UNIVERSITÁRIA

Nos últimos meses, o governo Beto Richa (PSDB) vem aumentando a pressão para liquidar a autonomia das universidades estaduais. Recentemente, colocou-as contra a parede ao reter recursos de custeio e propor depois liberá-los com a condição das IESS entregarem os dados para ingressar no sistema de gestão de pessoal do governo (META4). Uma chantagem descarada!

De quebra, propôs a criação de um grupo de trabalho com os reitores para elaborar os termos de uma autonomia financeira para as universidades – o famoso índice como ocorre nas universidades paulistas. Essa autonomia financeira é a isca que o governo jogou para os reitores das maiores universidades (UEL e UEM) que sonham com esse tipo de solução, pois colocaria nas mãos deles recursos discricionários, reforçando o poder das reitorias dentro das universidades, não impedindo a interferência do governo, e restringindo ainda mais a democracia interna.

Durante a sessão do Conselho Universitário de 13 de junho, que rejeitou a proposta do governo, a reitora chegou a defender o governador, afirmando que ele defende o ensino superior. Depois de tudo que aprontou contra as universidades e diante das evidências monstruosas com que pretende restringir mais os gastos, mesmo assim a reitora teve a coragem de fazer a defesa do Beto Richa! Por ora, prevaleceu a decisão contrária à proposta do governo, mas, é evidente que existem setores dentro da própria universidade favoráveis ao governo.

Por que se chegou a esta situação?

Todos os governos tentaram encabrestar a universidade. Entretanto, até na época da ditadura, a universidade conseguiu manter certa autonomia. Isso porque as universidades (públicas) eram um dos poucos espaços onde ocorria o enfrentamento e onde se organizaram movimentos pela democratização. Quer dizer, naquela época, a defesa da autonomia era uma forma de resistir à ditadura.

O governo Beto Richa vem tentando desde 2013 dobrar as IESS, colocando-as na folha de pagamento do próprio governo, transformando dessa forma as universidades em simples apêndices do governo. Porém, as administrações (reitorias) não enfrentaram o governo, preferindo tentar o entendimento e a “negociação” para livrar-se do cabresto. Há que lembrar que a penúltima reitora e a atual contribuíram na campanha do Beto Richa, conforme consta nos dados da justiça eleitoral. Mas não foram só estas duas administrações que agiram assim. As anteriores também seguiram esse mesmo procedimento. A gestão de Lygia Puppato (PT) era diretamente alinhada ao governo de Roberto Requião e, no final do mandato dela, foi ocupar o cargo de secretária da SETI. Foi durante o governo de Requião que as universidades foram colocadas para dentro do SINAES (Sistema de avaliação) pelo próprio governo e as reitorias não reagiram! Hoje os estudantes da UEL são submetidos ao ENADE, uma política que nada tem a ver com “qualidade” do ensino superior e tudo com a homogeneização dos cursos privados com os públicos para favorecer aqueles.

Por isso, não se pode esperar que a reitoria vá defender a AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

Não é a primeira vez que a universidade é atacada pelo governo. Já no ano 2000, o governo Jaime Lerner (PFL) tentou implementar um conjunto de mudanças para privatizar as universidades públicas paranaenses. O que fizeram as reitorias e os Conselhos Superiores na época? Assinaram um “termo de autonomia”, pelo qual o governo pagava apenas os salários, mas liberava as universidades para arrecadar recursos junto ao mercado de forma “autônoma”. Ao mesmo tempo, na Assembleia Legislativa tramitavam vários projetos de lei que instituíam a cobrança de mensalidades.

Aquela “saída”, comemorada pelo reitor e todos os diretores da época, não se efetivou porque o movimento conjunto de estudantes, técnicos e docentes da UEL, UEM e Unioeste reagiram com uma vigorosa greve no ano 2000 e com outra que durou 6 meses de 2001 a 2002. Do mesmo modo, foi por iniciativa do movimento docente, estudantil e de funcionários que, na década de 1980, os três setores da universidade impuseram a eleição direta do reitor como forma de se constituir a direção da UEL. A eleição direta não era prevista nos estatutos, mas a comunidade deliberou reunida em assembleias assumir a autonomia universitária na prática. Depois disso, foram alterados os estatutos para incorporar este procedimento. Ou seja, a defesa da autonomia sempre dependeu do MOVIMENTO.

O ataque do governo exige uma resposta contundente do movimento

As greves do funcionalismo em 2015 e 2016 envolveram também as universidades. Nestas, houve tentativas de unificação entre os professores e estudantes. Mas, a unidade não ocorreu devido ao fato dos movimentos defenderem reivindicações diferentes e de prevalecer o corporativismo.

O corporativismo é o predomínio de reivindicações puramente econômicas ou específicas de um setor (“corporação”). Por exemplo: reposição salarial dos funcionários; redução do preço da refeição do RU; aumento de bolsas para estudantes; etc.

Para enfrentar os ataques do governo é necessário que o movimento se unifique, e a condição para essa unidade é superar o corporativismo, formulando e concretizando a luta em cima de bandeiras políticas comuns em defesa da universidade pública e gratuita e a autonomia universitária.

Até a reitoria defende a autonomia universitária da boca para fora. Mas, a experiência mostrou que a burocracia é uma força que conspira contra a autonomia e que a defesa deste princípio, toda vez que foi necessário enfrentar o governo, sempre foi assumida pelo movimento dos estudantes e professores. Por isso, não se pode imaginar que quem vai fazer esta defesa sejam a reitoria e os Conselhos Superiores.

Mais do que nunca, está amadurecendo a retomada das experiências da greve de 2000 – 2002 (quando se estabeleceu o voto universal nas assembleias unificadas), assim como, a experiência que na década de oitenta, levaram as assembleias unificadas de professores, técnicos e estudantes a instituírem a eleição direta.

Nestas duas ocasiões, o conjunto de estudantes, técnicos e professores se constituíram de fato em assembleia geral universitária. De fato, nestas ocasiões, a comunidade universitária assumiu diretamente, sem delegar a ninguém, o comando da universidade, passando a deliberar sobre questões fundamentais da universidade.

Novamente hoje, estamos chegando a um ponto que, se não for o conjunto do movimento estudantil, docente e de técnicos encabeçar o enfrentamento ao governo, corre-se o risco de sofrer uma derrota histórica na autonomia da universidade e na preservação do seu caráter público. É evidente que à burocracia universitária e aos setores privatistas enquistados nas estruturas de poder da UEL interessa um acordo com o governo que certamente implicará um retrocesso na autonomia.

Por isso defendemos, para se chegar à unificação dos movimentos, a bandeira da ASSEMBLEIA GERAL UNIVERSITÁRIA. Esta nada mais é do que a reunião de toda a comunidade universitária se auto convocando e instituindo-se em organismo deliberativo para decidir sobre a melhor forma de enfrentar o governo e também sobre a própria organização do poder dentro da universidade.

Nesta edição:

- Venezuela: O proletariado tem por tarefa construir seu partido e erguer sua estratégia de classe
- 8 anos do falecimento de **Guilherme Lora**: Como concebemos a reconstrução da IV Internacional - *Guilherme Lora*

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Venezuela

O proletariado tem por tarefa construir seu partido e erguer sua estratégia de classe

Condições e fatores que impulsionam a crise

A crise política venezuelana, marcada pelo violento antagonismo interburguês, adquiriu seu ponto mais alto de desenvolvimento na ruptura entre o Parlamento e o Executivo, nos ataques desfechados contra instituições e bases militares por ativistas identificados com a oposição e nas movimentações das frações políticas burguesas lutando por influenciar as Forças Armadas.

Por cima desse choque, movimenta-se o imperialismo. Seu objetivo é o de criar as condições para a remoção do nacional-reformismo e forçar passagem – com os mais diversos meios e métodos – à ascensão ao poder da fração reacionária da burguesia nativa.

Em meio à grave situação, destaca-se a ausência do proletariado organizado como classe independente. Nota-se que a classe operária permanece recuada e desorganizada. Falta-lhe o partido revolucionário. De forma que, sem avançar na superação da crise de direção revolucionária, não tem como erguer seu programa e avançar a luta pelo poder próprio.

São esses fatores e condições que determinam os rumos da crise, seus ritmos e etapas de desenvolvimento. Trata-se, portanto, de indicar as tendências determinantes na presente etapa e as relações de forças sociais em choque.

Agrava-se a violência dos protestos

Há 90 dias que as manifestações de rua da oposição vêm se desenvolvendo. Durante esse período, a violência inter-burguesa não recuou, mas cresceu exponencialmente. Os confrontos entre grupos de choque opositores e as forças repressivas contabilizam mais de 75 mortos.

Uma nova etapa desses choques se abriu em junho. Grupos de opositores atacaram militantes chavistas, assassinando-os, e até bases militares e da Força Área Bolivariana (FAB) derrubando grades e atirando bombas incendiárias contra suas instalações.

O governo respondeu acirrando a repressão, ameaçando implantar os tribunais militares contra opositores e responder à “guerra civil” da oposição com “armas em mãos”. Mas, por enquanto, apenas realizou a movimentação de tropas militares da Guarda Presidencial visando a proteger as instalações do TSJ, TSE e do palácio de governo de novos ataques e manifestações.

Sintomas da desagregação institucional

É nesse quadro que se processa a decomposição e a paralisia das

instituições burguesas. Nenhuma das frações políticas da burguesia nacional que as controlam consegue se impor e estabelecer uma centralização autoritária às frações adversárias, valendo-se apenas dos palanques institucionais ao seu dispor. Porém, agora, se soma aos choques entre as instituições controladas pela oposição e o governismo a desagregação interna da burocracia estatal chavista.

A Procuradora Geral marcou o caminho dessas divergências. Escolhida por Hugo Chávez para ocupar o cargo, Ortega Díaz acusou a Polícia Nacional Bolivariana (PNB) de assassinatos de opositores e o Tribunal Superior Eleitoral de rasgar a legalidade ao retirar da Assembleia Nacional seus poderes e ao aceitar a Constituinte de Maduro que é ilegal, exigindo finalmente que se processassem sete de seus membros.

Para Pérez, o poder judiciário está submetido ao *Serviço Bolivariano de Inteligência* (Sebin), que transformou o regime chavista em um “Estado policial”. Maduro investiu contra a “traidora” (Pérez se reconhece como uma defensora de Chávez, seus governos e Constituição) e pleiteou ao STJ destituí-la e processá-la penalmente por “descumprimento de funções públicas”.

Escalada nos ataques contra o governo

Na manhã da terça-feira (26 de junho), um helicóptero do *Corpo de Investigações Científicas Penais e Criminalísticas* (Cicpc) foi sequestrado por um comando policial de elite, sob a direção de um oficial do Cicpc, Oscar Peréz. O comando atacou o Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) e o Ministério do Interior com granadas e metralhou suas instalações.

Esse fato foi assinalado imediatamente como um “ato terrorista” organizado pela CIA. O governo chegou ainda a afirmar logo após o ataque que se tratava de uma tentativa de golpe de Estado. Para logo recuar, assinalando que se tratava apenas da obra de um “psicopata”. Mas, como é possível que um comando de elite sequestre um helicóptero de uma força policial controlada pelo chavismo e ataque as instituições sem nenhuma das forças de inteligência interna conhecer ou saber dos preparativos? Evidentemente, essa possibilidade requer apoio logístico e certa capacidade operacional. Tudo indica que se trata de um sintoma de uma avançada desagregação interna das forças armadas.

Rachaduras nas Forças Armadas

No dia 12 de junho, general do exército Alexis López Ramírez renunciou a seu cargo de secretário do *Conselho de Defesa Nacional*

(Codena) por discordar da convocatória da Constituinte. Trata-se do reflexo de divergências no seio da cúpula militar.

O governo reagiu realizando rápidas mudanças nas cadeias de comando das Forças Armadas. Enquanto manteve em seu posto o ministro da Defesa, Vladimir Padrino López, trocou os chefes do Exército, da Armada, da Força Aérea e da Guarda Nacional Bolivariana.

Evidentemente, no caso de Padrino López, se trata de manter no “comando político” das Forças Armadas um dos pilares de sustentação do chavismo entre a burocracia militar. No entanto, o fundamental está em que as mudanças mostram o temor do chavismo de que se produzam novas defecções entre as altas patentes. A renúncia de López Ramirez foi um claro sinal de que frações da cúpula militar começam a se afastar do governo e criam dessa forma as condições de um novo realinhamento político em seu interior que poderá levar a um golpe.

O chavismo ameaça, mas recua

Quando iniciadas os protestos e desencadeada a violência de rua pela oposição, as primeiras medidas de Maduro pareciam indicar que o nacional-reformismo estava disposto a resistir à brutal ofensiva da reação burguesa interna e externa. Destituiu a Assembleia Nacional (sob o controle da oposição) de poderes e concentrou suas funções em suas próprias mãos. Depois, convocou eleições regionais, procurando arrastar a oposição por trás de uma solução “democrática”. E, finalmente, rompeu com a Organização dos Estados Americanos (OEA). Esse organismo impulsiona o isolamento e boicote à Venezuela, visando a projetar o intervencionismo imperialista.

Há um mês, Maduro ameaçou armar “um milhão de civis” e mobilizar as Forças Armadas. E Padrino López indicou que poria em marcha o “Plano Zamora” que mobiliza a estrutura militar para garantir a “ordem interna e a integração social”. Dois mil efetivos da Guarda Nacional Bolivariana (GNB), 600 homens dos comandos (forças de elite) e diversos “Coletivos” (grupos paramilitares chavistas) foram deslocados ao estado de Táchira, epicentro da violência entre opositores e as forças repressivas, para esmagar a chamada tentativa de “insurreição” opositora. Fez parte dessa ofensiva governista a ameaça à oposição de submetê-la aos tribunais militares.

No entanto, em todas as medidas e ameaças, foi obrigado a voltar para trás ou deixá-las sem aplicação diante das mobilizações da classe média e de camadas dos explorados que escapam ao controle do governo. O chavismo já não conta com o maciço apoio eleitoral e social do passado, se choca com a ferrenha negação das forças da oposição pró-imperialista a apoiarem uma saída que preserve o chavismo no poder. Principalmente, tem se avolumado a pressão exercida por um setor das Forças Armadas, que exige uma transição política negociada.

Uma manobra de fôlego curto

É nessas condições de avanço da crise e de corrosão dos apoios internos nas Forças Armadas que Maduro se joga a “tudo ou nada” ao manter a convocatória de uma nova Assembleia Nacional Constituinte. Na mobilização de 1º de Maio, anunciou que “(...) de acordo com o artigo 347, convoco o poder constituinte originário para que a classe operária e o povo convoquem uma Assembleia Nacional Constituinte” para derrotar o “golpe (...) com a Constituição na mão”.

Para Maduro, cumprir-se-ia assim o “velho sonho” de Chávez de dar ao “Estado bolivariano” um “caráter soviético”. No decreto de 11 de maio, anunciaram-se os critérios para escolher os representantes. Mas, logo se confirmaria que esses rasgavam os já estabelecidos na Carta Magna (aprovada em 1999, no primeiro mandato de Hugo Chávez) e que continuam válidos até a nova Constituinte ser aplicada. Assim, dos mais de 500 representantes, a metade surgirá do chamado “Estado comunal”. Tratam-se das organizações sociais e sindicais, sob

o controle do chavismo. Enquanto o restante será escolhido entre as “velhas estruturas dos partidos políticos”. Essa é a caricatura do soviétismo do nacionalismo burguês chavista usada para deter o avanço da oposição direitista.

Como se vê, os “critérios eleitorais” do decreto presidencial teriam apenas por objetivo criar uma maioria eleitoral artificial. Mais precisamente: transformar os “Conselhos comunais”, “Missões” e “organizações comunais” em circunscrições eleitorais favoráveis ao governo.

Estava claro que tal “saída democrática” não entusiasmaria a oposição. A conformação da ANC dissolverá o Parlamento que está sob seu controle. A oposição não apenas rejeita avaliar a manobra, como se nega a dissolver a trincheira desde a qual se arvora de defensora da “democracia” e que lhe serve para acobertar suas movimentações golpistas.

Está aí por que não mais importa se há dois anos era a própria oposição que exigia a Constituinte para “mudar um regime deslegitimado”. Acontece que o conjunto da oposição se subordinou à estratégia de isolamento e desestabilização do chavismo orquestrada pelo imperialismo. E o governo acossado joga e se defende com medidas pseudodemocráticas.

Ofensiva intervencionista

Qualquer passo dado por Maduro é rapidamente respondido por uma retomada dos confrontos e inúmeras declarações da OEA sobre a necessidade de voltar à “normalidade democrática”. Evidentemente, para o imperialismo, não se trata de “qualquer saída democrática”. Mas uma que leve à queda de Maduro e ao desbaratamento do nacional-reformismo. Eis por que a cúpula da OEA exigiu o “cancelamento da convocatória da Assembleia Nacional Constituinte nos termos em que está concebida” e convocação de novas eleições gerais. Esse ultimato representa o avanço da ingerência externa nos assuntos internos que cabe somente aos venezuelanos resolver.

O tom do presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, Julio Borges, que caracterizou a convocatória como “parte de um golpe de Estado de Maduro”, refletiu esse plano mais geral orquestrado pelos monopólios. Na mesma tecla, bateram o secretário-geral da OEA, Luis Almagro, os ministros de Relações Exteriores de Brasil, Aloysio Nunes, e da Argentina, Susana Malcorra.

Evidentemente, o caminho para fechar as fileiras dos governos latino-americanos sob a bandeira dos monopólios norte-americanos de isolamento internacional de Maduro é cheio de obstáculos. Basta observar que até agora foram realizadas três reuniões da OEA para condenar o governo chavista e sua Constituinte sem que até agora o imperialismo e os governos pró-imperialistas do continente chegassem a ter uma maioria favorável para aprová-la.

Por outro lado, o imperialismo está ciente de que o chavismo reluta em convocar eleições gerais, as quais, tudo indica, perderia. De forma que as diversas manobras diplomáticas operadas até agora pretendem dar carta branca às medidas da oposição de desestabilização interna do regime nacional-reformista. Enquanto o imperialismo não obtiver a vitória diplomática, trabalha dessa forma para incentivar uma ruptura nas Forças Armadas e impulsionar os fracionamentos no seio do chavismo. É nesses choques diários que se articula o intervencionismo do imperialismo.

É o que se desprende das declarações do chefe do Comando Sul, o almirante Kurt W. Tidd. Segundo ele, as sanções contra funcionários chavistas são parte de “um plano mais geral” que inclui desde as chamadas “ajudas humanitárias” (mais de 10 milhões de dólares que se dirigem a financiar a oposição via ONGs), até a possibilidade de uma “intervenção regional” para aliviar “uma crise humanitária que se agudiza e coloca uma resposta de caráter regional”. Faz parte desse plano o uso da fronteira do Brasil com a Venezuela, em nome da defesa dos

venezuelanos que migram forçados pela crise econômica.

Desagregação chavista

As bases e a maioria das lideranças chavistas se depararam com a surpresa da convocatória da Constituinte. Mostrou que se tratava especialmente da luta de sua cúpula por manter seu controle sobre o Estado. A arbitrariedade da medida indicou ainda que essa pretende evitar os choques e críticas internas, que se avolumaram na medida em que avança a desagregação do governo.

Um dos principais objetivos da reforma constitucional é o de mudar as estruturas institucionais, inclusive daquelas que o chavismo controla há anos. A rebeldia da Procuradora Geral expôs publicamente as divergências no seio da burocracia estatal, muito importante na governabilidade chavista.

Não se trata, porém, de um caso isolado. Também foi destituída a ministra de Saúde (Antonietta Caporale), por publicar um informe que demonstrava o crescimento da mortalidade infantil resultante do agravamento da miséria e carestia nos últimos anos. No último Congresso do Partido Socialista Unido da Venezuela-PSUV (2017) foi silenciada a crítica interna e foram canceladas as eleições sindicais para evitar a brutal derrota da burocracia chavista.

Bastam esses fatos para notar a desagregação que tomou conta do chavismo. O governo teme que esses atritos e dissensões se projetem e avolumem a perda de apoios no seio das diversas frações da burocracia estatal e militar, já profundamente abalada. De fato, o convite de Maduro para que as Forças Armadas participem da Constituinte e fixem nela parte de suas vantagens econômico-políticas mostra que aquele está na sua dependência direta para se manter no comando do Estado. E que estas se elevam como o árbitro central no percurso da crise.

Um novo ciclo político se abre

Nas condições criadas pela crise, é cada vez mais difícil conter a disputa interburguesa nos limites da democracia formal. A decomposição chavista, a negativa da oposição em participar da Constituinte, o agravamento dos confrontos de rua e, fundamentalmente, a elevação das Forças Armadas em árbitro da situação demonstram a falência do governo.

O fundo desse processo histórico é determinado pelas leis econômicas e sociais do capitalismo em sua época de decomposição. Os governos nacional-reformistas chegaram ao poder como produtos da desagregação dos velhos partidos da ordem burguesa e por constituírem um canal de contenção e desvio democratizante da luta de massas.

O ascenso na América Latina (Lula no Brasil, os Kirchners na Argentina, Evo Morales na Bolívia, Rafael Correia no Equador, Hugo Chávez na Venezuela) dos governos burgueses “democráticos e populares” coincidiu com um período de alta econômica, o que permitiu equacionar os atritos inter-burgueses e submeter as massas com limi-

A contribuição do Partido Operário Revolucionário da Bolívia para o internacionalismo proletário

Publicamos abaixo o texto “Como concebemos a reconstrução da IV Internacional”, de Guillermo Lora. Incluímos as formulações do POR boliviano sobre o internacionalismo proletário, como parte da comemoração dos 100 anos da Revolução Russa.

Deve ficar claro que não compartilhamos dos embustes acadêmicos, reformistas e centristas que se utilizam de Outubro de 1917 para justificar seus desvios, revisões e adaptações à democracia burguesa. A Revolução Russa acompanha diariamente a construção do partido revolucionário. Os 100 anos é apenas uma referência que possibilita um trabalho de propaganda das conquistas programáticas, teóricas e práticas do marxismo-leninismo-trotskismo e que permite desenvolver a luta contra a restauração

tados ganhos salariais e subsídios sociais.

Com o agravamento da crise capitalista mundial, abriu-se um novo ciclo político. A burguesia imperialista promove a remoção desses governos e põe em seu lugar as frações pró-imperialistas, objetivando assim dirigir uma ofensiva brutal contra as massas e suas condições de vida. Os mais de 70 mortos nos conflitos na Venezuela testemunham a barbárie social dessa via traçada pelo imperialismo para o país.

Trata-se de uma ofensiva geral por toda América Latina, embora os métodos para sua remoção se adequem às particularidades nacionais. A chegada ao poder de Mauricio Macri (via eleições) e de Michel Temer (via golpe institucional) são as duas vias traçadas pelo imperialismo na situação. Não está descartada a via do golpe militar na Venezuela, embora ainda prevaleçam os confrontos em torno da convocação das eleições (oposição) e Assembleia Constituinte (governista).

Superar a crise de direção revolucionária

O nacional-reformismo é incapaz de quebrar a espinha dorsal da contrarrevolução e responder à ofensiva da reação com a mobilização revolucionária de massas. Isto porque é impotente para cortar pela raiz o fundamento material do poder da burguesia interna e externa. O que exige destruir as bases da ditadura capitalista, avançando a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva, social. Eis por que acaba se submetendo às instituições burguesas, que continuam a expressar o domínio dos monopólios e do imperialismo sobre o país.

A resolução da crise está, portanto, nas mãos do proletariado. O que exige de sua vanguarda avançar na estruturação de um partido marxista-leninista-trotskista e assim avançar na superação da crise de direção revolucionária. É por essa via que as massas exploradas superarão o nacional-reformismo, enfrentarão as forças golpistas com os métodos da luta de classes e se constituirão em uma poderosa força social revolucionária, que romperá com o atraso nacional, cumprindo as tarefas democráticas que a burguesia é incapaz de realizar (industrialização, independência e autodeterminação nacional, revolução agrária, etc.) pela via da revolução e ditadura proletárias.

Apesar das contradições e falência do governo chavista, é necessário rechaçar incondicionalmente o intervencionismo dos Estados Unidos e da burguesia latino-americana servil. Denunciar as manobras da OEA. E combater o apoio do governo golpista brasileiro à oposição contrarrevolucionária. Que o povo venezuelano resolva os problemas de seu país, com seus próprios métodos e política! Que o proletariado assuma a frente dos combates à contrarrevolução pró-imperialista, sob a estratégia do governo operário e camponês e o programa de expropriação do grande capital! Essa é a via progressiva e democrática de solução da crise que destrói a Venezuela, sacrifica os explorados e provoca retrocessos.

capitalista. É necessário, portanto, assumir a bandeira dos 100 anos da Revolução Russa como parte fundamental das experiências do proletariado mundial. O que significa atualizá-las no processo de construção do partido proletário nas difíceis condições de crise de direção revolucionária.

As conquistas do POR boliviano são um guia seguro para entroncar o movimento de nossos dias com as conquistas do proletariado mundial, que se sintetizam na Revolução Russa. A reconstrução da IV Internacional é uma tarefa urgente. Não se pode adiá-la para o futuro. Guillermo Lora se empenhou nessa tarefa construindo o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. O documento que publicamos é de julho de 1992, Boletim Internacional, nº 3.

Como concebemos a reconstrução da IV Internacional

Guillermo Lora

A crise do estalinismo, a bancarrota total de suas “teorias” para sustentar o chamado “socialismo real” (referimo-nos à concepção do “socialismo em um só país” e à “revolução por etapas”), coloca a possibilidade de se livrar, sem dúvida, de um dos obstáculos fundamentais para a estruturação do partido mundial da revolução socialista.

No entanto, seria um grave erro deduzir da bancarrota do estalinismo sua morte política e ideológica. Essas vivem ainda confusamente na cabeça e na ação de milhares de militantes e ativistas. Na realidade, como também acontece com a socialdemocracia ou com as distintas variantes do nacionalismo burguês ou pequeno-burguês, a morte definitiva do estalinismo guarda uma relação dialética com a estruturação do partido-programa do marxismo-leninismo-trotskismo, e em seu enraizamento no seio das massas como direção física.

A elaboração do programa, tarefa permanente, consiste em compreender a realidade viva que se pretende transformar. Tarefa essa que exige das seções nacionais um estudo profundo das particularidades de seus países, estudo que somente se pode cumprir apoiado no marxismo a partir dos problemas que a intervenção concreta coloca na luta de classes.

Esta elaboração do programa exige conhecer, dominar, a história da conformação das classes, como se expressaram politicamente, o que representa cada partido, cada grupo político.

A não realização dessa tarefa ou seu excessivo atraso conduz não apenas ao estancamento, mas também ao retrocesso ideológico, à revisão do marxismo. É o que se passou com os múltiplos agrupamentos que se autoproclamam trotskistas em todo o mundo. Em razão disso é que se obriga a um profundo processo autocrítico quando se trata da reconstrução do partido mundial, com organizações ou militantes que percorreram esse caminho. Choca-se com sua fraca memória a negação de recorrer a sua própria história, para encontrar a origem de seus desvios em sua própria estruturação e evolução.

Temos polemizado com quase todos.

O morenismo, um dos mais numerosos, comparece hoje fragmentado em múltiplas frações. A maioria delas se limita a atacar os sintomas mais visíveis de sua política antirrevolucionária, empenhando-se em ignorar e ocultar seu passado, sua trajetória.

Os pablistas do chamado Secretariado Unificado (SU), que deram origem a múltiplas frações, caminham de forma acelerada a abandonar declaradamente o trotskismo, para facilitar sua aproximação a múltiplas formas do estalinismo, da socialdemocracia, do nacionalismo burguês.

Os “ortodoxos” de ontem, como os lambertistas, já dissolveram o Partido Comunista Internacionalista em um artificioso “Partido dos Trabalhadores”, substituindo até mesmo a colocação verbal de reconstruir a IV Internacional, por uma “Internacional dos Trabalhadores”.

O mesmo caminho percorreu o Partido Obrero da Argentina ao se dissolver em um artificioso “Partido Obrero”. Sua participação no “Fórum de São Paulo” demonstra até que ponto pode chegar o revisionismo.

As cisões de algumas correntes destes troncos já nomeados, como o WRP Inglês ou o POR espanhol, tiram a incrível conclusão de que “o problema da crise de direção é a divisão dos trotskistas” e colocam a “unidade à margem do balanço e da trajetória” das distintas tendências que se autoproclamam trotskistas.

O ressabio sectário do velho Comitê Internacional, a Workers League dos Estados Unidos, persiste em negar a contradição entre nação opressora e nação oprimida, enquanto se arrastam no eleitoralismo

e no pacifismo mais oportunista, pedindo um referendo diante da guerra do Iraque, e propondo, em pleno levante das massas de Los Angeles, que a saída política é ... apoiar sua fórmula eleitoral!!

O denominador comum de todos esses agrupamentos que se autoproclamam trotskistas é seu rechaço visceral ao programa operário, à estratégia da ditadura do proletariado. Esse rechaço é um mecanismo necessário para facilitar sua versatilidade de manobras sob as distintas formas de programa do radicalismo pequeno-burguês. Todas, sem exceção, repelem até o cansaço o POR boliviano. Todas, sem exceção, ignoram o caminho programático percorrido, a história, o enraizamento do POR nas massas bolivianas.

Todos esses agrupamentos (ainda pequeníssimos) marcham aceleradamente a concretizar “a necessidade dos funcionários rendados”. O radicalismo pequeno-burguês impotente para autocrítica, para o rigor da intervenção na luta de classes, para o rigor do trabalho científico, da elaboração do programa, encontra sua acomodação na renda partidária. Assim, o ser social vai se moldando cada vez mais à consciência, e o que se iniciou como tentativa de militância (agrupamento) de revolucionários proletários se cristaliza como conservadora seita que, de acordo com o sopro dos ventos dominantes da pequena burguesia, será foquista, nacionalista, pró-estalinista, socialdemocrata, sindicalista, pe-
tista, eleitoralista.

A particularidade do POR boliviano está no fato de ter conseguido se constituir como partido-programa (fenômeno não mítico, mas concreto, que para poder ser compreendido deve ser estudado e assimilado criticamente) e de ter se mantido fiel à estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Os grupos que hoje formam o Comitê de Enlace estão diante de uma fase de nosso desenvolvimento crucial, uma vez que, se não avançarem em nossa estruturação como partido-programa,

só repetiremos as experiências do passado evoluindo para alguma variante do radicalismo pequeno burguês, contribuindo para o isolamento internacional do POR, facilitando as pressões da classe inimiga, as quais os trotskistas bolivianos também sofrem. Acusam-nos de querer reconstruir a IV Internacional a partir da Bolívia. E assim é. Acusam-nos bem, mas o que se oculta na acusação é que essa reconstrução parte da comprovação científica, histórica, de um fato irrefutável: trata-se da expressão programática (trotskista) mais avançada do proletariado mundial.

Um exemplo não boliviano basta para demonstrar isso. Em 1987, o POR publicou a obra de Lora “A Contrarrevolucionária Perestroika”, quando esta era recém esboçada por Gorbachov, quando o multitudinário agrupamento de “trotskistas”, ou ignoravam o problema, ou acreditavam ser a Perestroika e a Glasnost a revolução política.

O Comitê de Enlace, sobre a base de um sério plano político-organizativo, se propõe a consolidar suas seções como partidos-programa, constituir uma tendência trotskista na América Latina com forte influência e, ao mesmo tempo, avançar no contato com militantes e grupos que apresentem uma clara e honesta a cisão com o revisionismo, sobre a base da autocrítica.

Esse trabalho internacional tem como epicentro a luta no interior da situação revolucionária que hoje atravessa a Bolívia. A tomada do poder na Bolívia sob a direção do POR dará, sem dúvida, um impulso decisivo à reconstrução da IV Internacional.

(Extraído do Boletim Internacional, nº 3, julho a dezembro de 1992, órgão do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional)



Assimilando o leninismo

No Jornal Massas 544, expusemos as posições de Lênin expressas em “Cartas sobre a Tática”, de 8 de abril de 1917. Assinalamos a sua importância por anteceder imediatamente o seu documento “As tarefas do proletariado em nossa revolução (Projeto de Plataforma do Partido Proletário)”. Escrito em 10 de abril de 1917, serviu de base para as discussões e resoluções da VII Conferência realizada entre 24 e 29 de abril de 1917. Os principais aspectos do documento já haviam sido delineados nas “Cartas de Longe” e “Cartas sobre a Tática”. Observamos, porém, que Lênin deu maior precisão e unidade aos fundamentos que serviram de base para o partido bolchevique dirigir a revolução de Outubro.

Um aspecto que havia sido anunciado e que mereceu maior atenção foi o do internacionalismo proletário, ou seja, da falência da II Internacional e a necessidade de fundar a III Internacional. A divergência dos bolcheviques, encarnada por Lênin, no seio da II Conferência de Zimmerwald, Estocolmo, Suécia, evidenciou a impossibilidade de manter relações com as posições centristas, que acabaram se adaptando completamente ao social chauvinismo. Neste terreno, Lênin tinha de demonstrar a justeza integral de sua caracterização sobre a falência da Socialdemocracia internacional e convencer os bolcheviques da necessidade de romper organizativamente com a II Internacional. Estava prevista a realização da III Conferência de Zimmerwald, o que exigia acentuar as energias em favor da separação definitiva dos internacionalistas marxistas com os revisionistas.

Os confrontos entre as forças que atuavam nas entranhas da Revolução Russa estavam diante do problema da revolução e da contrarrevolução mundial. Concretamente, a situação colocava duas alternativas irreconciliáveis: ou lutar pela derrocada dos governos burgueses para acabar com a guerra, ou apoiá-los traindo os explorados e povos oprimidos. Na Rússia, essa polarização se colocou mais abertamente com a revolução burguesa de fevereiro. O estado mais avançado da luta pelo poder do proletariado russo tornava ainda mais claro o amadurecimento das condições revolucionárias na Europa conflagrada, principalmente na Alemanha, onde a socialdemocracia havia sido o pilar de sustentação da II Internacional. A Revolução Russa ocorria no âmbito da revolução europeia, cujo encadeamento imediato era a revolução proletária na Alemanha. A condição para derrotar a contrarrevolução na Rússia e na Europa era a dos partidos operários assumirem na prática o programa internacionalista, que era testado pela 1ª Guerra Mundial.

Lênin desenvolveu desde o início da guerra a caracterização de que se tratava de uma conflagração interimperalista. Não podia ser confundida com uma guerra de defesa nacional. Expressava o enfrentamento das potências, guiadas pelo capital financeiro e monopolista, em torno dos mercados e do saque das nações oprimidas. A transferência do poder da aristocracia monárquica para a burguesia republicana em fevereiro de 1917, portanto, depois de três anos de guerra que devastava a Europa e, em particular, a Rússia, evidenciou que a paz sem anexação e sem rapina não seria alcançada pela burguesia, mas sim pelo proletariado. Essa questão que passou a dividir a socialdemocracia desde 1914 ganhou projeção na forma da revolução ou da contrarrevolução na Rússia diante da possibilidade de tomada do poder pelo proletariado. Estabeleceu-se assim o divisor de águas no seio da II Internacional. Em abril de 1917, cerca de dois meses após a revolução de fevereiro, a política do internacionalismo marxista comparece como

premissa da revolução que triunfaria em outubro.

Está aí por que Lênin traçou uma linha divisória que percorreu todo o período, chegando às formulações mais acabadas no “Projeto de Plataforma do Partido Proletário”. Os três últimos pontos do Projeto referem-se ao internacionalismo. O ponto 19 e último em que Lênin defende a mudança do nome para Partido Comunista é parte do internacionalismo. Tomemos estas passagens:

“Devemos insistir que somos marxistas e que nos baseamos no Manifesto Comunista, que foi desfigurado e traído pela socialdemocracia em dois pontos essenciais: 1) Os operários não têm pátria – a ‘defesa da pátria’ na guerra imperialista, é uma traição ao socialismo; 2) A teoria marxista do Estado foi desfigurada pela II Internacional. (...) O nome da ‘socialdemocracia’ é cientificamente incorreto, como assinalou Marx repetidas vezes, em particular em 1875, na Crítica do Programa de Gotha, e como reiterou Engels, em forma mais popular, em 1894. Do capitalismo a humanidade só pode passar diretamente ao socialismo, isto é, à propriedade social dos meios de produção e à distribuição dos produtos segundo a quantidade de trabalho que realiza cada indivíduo. Nosso partido olha mais à frente: o socialismo deve inevitavelmente transformar-se gradualmente em comunismo, em cuja bandeira está o lema ‘De cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo sua necessidade’”.

O segundo argumento quanto ao caráter anticientífico do nome socialdemocracia diz respeito ao conteúdo do conceito de democracia. Nas palavras de Lênin:

“A democracia é uma forma de Estado. Nós, marxistas, somos contrários a todo tipo de Estado”. O que não se deve confundir com anarquismo, uma vez que o marxismo “reconhece a necessidade de um Estado para a transição ao socialismo”, “não de um Estado do tipo da república parlamentar democrático-burguesa, mas de um Estado como a Comuna de Paris, de 1871 e como os sovietes de deputados operários de 1905 e 1917”.

O último argumento de Lênin reforça o caráter internacionalista do partido. O capitalismo da época imperialista é de desintegração e de transição para o socialismo. Não há outra via a não ser a revolução proletária, que começa em um país e se desenvolve internacionalmente. Lênin explica que: *“Objetivamente, a situação internacional é tal que o antigo nome de nosso partido facilita o engano do povo, freia o avanço, uma vez que a cada passo, em cada jornal, em cada grupo parlamentar, as massas vêem dirigentes, isto é, pessoas cujas palavras ressoam mais e cujos atos são mais visíveis, no entanto, todos eles são ‘pseudo socialdemocratas’, todos estão ‘pela unidade’ com os traidores do socialismo, com os chauvinistas, e todos se apresentam cobrando os velhos bilhetes emitidos pela ‘socialdemocracia’...”*. Lênin demonstra, assim, a absoluta necessidade de trocar o nome de Partido Socialdemocrata para Partido Comunista, que se distingue pelo programa da revolução proletária e pelo internacionalismo que lhe corresponde.

A discussão do nome do partido mostrou a profunda compreensão de Lênin sobre o seu caráter histórico. Os bolcheviques que atravessaram um período de luta interna no seio da socialdemocracia russa e internacional, diante da revolução proletária que se avizinhava, se viram premidos pela necessidade de total coerência estabelecida por Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista. Os fatos deixavam claro que sob a socialdemocracia nasceu e proliferou o revisionismo, que diante da catástrofe da 1ª Guerra Mundial se revelava como agente da contrarrevolução.

(Extraído das Obras Completas, Lênin, tomo XXIV)